

PEDRO ROCHA LEMOS

COOPERATIVA HABITACIONAL E CONTROLE DE ESTADO
NO BRASIL PÓS-64:
O TRABALHO SOCIAL DO INOCOOP-SP (1975-1979)

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departa-
mento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas.

Este exemplar correspon-
de à redação final da
Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 10/12/1992.

ORIENTADOR: MARIA DE LOURDES MANZINI COVRE
1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

À Luana, que chegou ao mundo na primavera de 91, proporcionando-nos energia de vida.

À Beth, companheira e motivadora da construção do cotidiano.

SUMÁRIO

O presente trabalho, apresentado como dissertação de Mestrado em Sociologia no IFCH-UNICAMP, situa-se no contexto mais abrangente da discussão da política habitacional adotada pelo Governo Federal no período pós-64. Embora também contemple alguns dos aspectos mais gerais dessa política, o texto centra-se fundamentalmente no relato e na análise da experiência de uma equipe de assistentes sociais e sociólogos do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP-SP), envolvida com programas cooperativos de construção de conjuntos de habitação popular financiados pelo SFH, no período de 1975-1979.

Nesse período, a mencionada equipe, da qual o autor participou na qualidade de sociólogo, adotou uma metodologia de trabalho voltada para a promoção do sentido participativo da atuação dos cooperativados/mutuários, aplicando-a ao caso aqui discutido. Essa intervenção da equipe acabou por fazer com que

aflorassem, no caso em questão, algumas das principais contradições inerentes à política habitacional então em curso.

No regime autoritário pós-64, o setor habitacional das políticas sociais constituiu-se num ponto estratégico da atuação governamental, contribuindo decisivamente para a manutenção do modelo político implantado. A política habitacional revelou-se um dos elementos de legitimação do Estado perante a sociedade, ao mesmo tempo em que contribuiu para a dinamização da economia através do impulso à construção civil, num esquema que beneficiou fundamentalmente as empresas construtoras e o capital financeiro.

Subordinando-se aos imperativos de lucratividade das empresas envolvidas e ao caráter mercantil da produção habitacional, as cooperativas habitacionais constituídas sob o Sistema Financeiro de Habitação colocaram em último lugar o interesse efetivo do cooperativado, sendo mesmo discutível a utilização desta denominação. Com efeito, menos do que cooperativado, o "beneficiário" adquirente da habitação popular parece, nesse sistema, ser melhor denominado como mutuário. Nesse sentido, a questão da habitação produzida através de cooperativas como um direi-

to do cidadão, até mesmo condição inalienável da cidadania, - aspecto muitas vezes enfatizado no discurso promocional do governo - ficou de fato subordinada à questão da habitação enquanto campo de produção mercantil voltado para o lucro privado das empresas envolvidas. Em outras palavras, a própria definição efetiva da questão habitacional, com predomínio de seu aspecto mercadoria sobre o aspecto direito social, reflete o peso relativo das forças sociais que de fato orientaram a formulação e a implementação da política governamental, processo no qual os chamados "beneficiários", os candidatos à casa própria, não tiveram voz.

No entanto, nas regras formais de constituição das cooperativas e em seu papel potencialmente nuclear na implementação da política, havia elementos que contradiziam a definição social predominante da questão habitacional tal como estabelecida na época. A equipe social do INOCOOP-SP, em sua atuação, explorou as contradições emergentes desse descompasso entre uma coisa e outra, visando contribuir para que o cooperativado, o principal interessado no produto substantivo da política, assumisse um papel mais significativo na determinação dos rumos de sua implemen-

tação.

A atuação da equipe provocou conflitos na Instituição que, em tese, deveria estar voltada para a orientação às cooperativas e, portanto, ao assessoramento dos cooperativados na defesa de seus interesses. Essa orientação da equipe entrou em choque com o "establishment" da Instituição, que promoveu uma abrupta interrupção do trabalho social no momento em que este começava a produzir seus efeitos. A superintendência do INOCOOP demitiu quase a totalidade dos técnicos sociais em fins de 1979, o que levou a que os poucos técnicos restantes viessem a solicitar também demissão, em solidariedade aos exonerados.

Esse estudo reconstitui a experiência dessa equipe. É, portanto, um estudo sociológico sobre uma intervenção social, uma reflexão sobre um trabalho em que sociólogos participaram como atores num processo social determinado. Todavia, tendo em vista dificuldades explicitadas ao longo da dissertação, notadamente relativas ao acesso à documentação pertinente, o texto concentrou-se num estudo de um caso específico como ilustrativo dessa experiência mais geral : o trabalho desenvolvido junto à Coopera-

tiva Habitacional de Nova Veneza, em Sumaré-SP, no qual o autor participou mais diretamente.

AGRADECIMENTOS

A Dra. Maria de Lourdes Manzini Covre, orientadora, pelo interesse com que se dedicou à tarefa durante o longo processo de elaboração desta dissertação, até que ela chegasse à forma final, depois de uma significativa reformulação do projeto inicial.

Aos professores André Villalobos e Edmundo Dias, cujas sugestões, por ocasião do exame de qualificação, acabaram por motivar alterações importantes no rumo do trabalho de elaboração da dissertação em sua etapa final.

Aos professores André Villalobos e Arlete Moysés Rodrigues, pela participação na banca examinadora e pelas observações instigantes que permitiram o esclarecimento de questões fundamentais do trabalho.

Aos colegas do INOCOOP-SP, Maria Beatriz Costa Abramides e Ademir Alves da Silva, por sua contribuição no tocante

te à documentação utilizada e pelo incentivo dado à realização do projeto.

Ao Centro de Apoio à Pesquisa da PUCCMP pelo apoio material.

Ao Programa de Incentivo à Capacitação Docente (PICD), através do convênio PUCC-CAPES, que contribuiu financeiramente com uma bolsa de estudos que facilitou a realização do trabalho.

À Comissão Permanente de Carreira Docente da PUCCAMP, que soube compreender as dificuldades e mudanças ocorridas ao longo da realização do projeto e seus reflexos sobre o seu cronograma.

À Direção do Instituto de Ciências Humanas da PUCCAMP, pelo apoio permanente durante a realização do projeto.

Finalmente, aos professores e amigos do ICH da PUCCAMP, pelo incentivo e sugestões que contribuíram para a elaboração da análise aqui desenvolvida.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO.....	20
CAPÍTULO II - COOPERATIVAS HABITACIONAIS NO BRASIL PÓS-64.....	45
CAPÍTULO III - O INOCOOP-SP (1975 - 1979).....	70
CAPÍTULO IV - A COOPERATIVA HABITACIONAL DE NOVA VENEZA.....	115
CONCLUSÃO.....	153
BIBLIOGRAFIA.....	160

INTRODUÇÃO

O estudo que ora apresento focaliza a experiência de uma equipe de trabalho social de que participei na qualidade de sociólogo e que atuou em projetos habitacionais ligados ao Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais em São Paulo (INOCOOP-SP), no período de 1975 a 1979. De alguma forma, espero que os elementos de reflexão aqui desenvolvidos possam contribuir para a atuação dos segmentos da sociedade civil genuinamente interessados na busca de soluções para a questão da habitação popular no Brasil.

As cooperativas habitacionais e os INOCOOPS eram peças de uma organização maior implantada pelo regime autoritário pós-64 em sua política para o setor habitacional e pela viabilização de projetos que teriam como propósito solucionar o déficit habitacional no país. Os fins dessa complexa organização formuladora

e implementadora da política habitacional, segundo o discurso oficial, relacionavam-se prioritariamente com o atendimento aos setores populacionais de baixa renda.

No entanto, esta organização procurou criar um sistema de controle dos projetos de construção de habitações populares onde somente o Estado e as instituições a ele subordinadas se apresentassem como capazes de solucionar a carência habitacional. Esta centralização tentou ao mesmo tempo inibir os movimentos sociais voltados para a questão habitacional e canalizar suas reivindicações em proveito de um Estado que procurava se legitimar perante a sociedade. Enquanto órgão centralizador deste sistema, o BNH (Banco Nacional de Habitação) orientou-se pela política habitacional deste Estado, caracterizado pelo autoritarismo e representante dos interesses do capital monopolista no país.

Convencionalmente, todos os profissionais contratados pelas instituições ligadas aos programas habitacionais do Estado, como o INOCOOP por exemplo, teriam que cumprir funções meramente técnicas. As diretrizes e os projetos de conjuntos habitacionais

seguiriam sempre os requisitos de modelos-padrões estabelecidos pelo Banco Nacional de Habitação. Como veremos no segundo capítulo, os maiores interessados nestes programas - os postulantes à aquisição da casa própria - quando atendidos, tinham que se enquadrar nos modelos dos projetos executados pela burocracia estatal que não necessariamente levava em conta as necessidades e os desejos dos indivíduos que, não tendo outra alternativa, eram obrigados a se inscrever nos programas então oferecidos.

As cooperativas, por sua vez, foram enquadradas neste mesmo sistema. Ilusoriamente, criou-se a imagem de que este cooperativismo respeitava os princípios básicos universais da doutrina cooperativa, princípios esses que supõem, acima de tudo, independência, auto-gestão e finalidades não-lucrativas. Mas na verdade, as cooperativas criadas pelo Sistema Financeiro Habitacional não nasceram espontaneamente a partir de interesses comuns de determinados setores populares, como o convencional. Estas cooperativas foram criadas dentro da lógica do controle social do Estado autoritário e dos interesses de lucratividade das empresas

de construção civil. Desta forma, o modelo de cooperativa em questão se distanciou bastante do sentido original do cooperativismo.

Em todos os projetos do Sistema Financeiro Habitacional, inclusive o cooperativo, a habitação tendeu a ser tratada apenas como mercadoria para atender interesses de acumulação de capital, negligenciando o seu significado como um direito do cidadão, tal como consta na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948:

"Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados e os serviços sociais indispensáveis."

Nesta perspectiva, devemos lembrar que cabe ao Estado assegurar estes direitos, onde se inclui o da habitação, colocando acima de tudo o interesse que dignifica o homem. Assim, o Estado deve ser o espaço onde os diversos segmentos da sociedade civil se interagem em busca de soluções para os interesses exclu-

sivamente públicos. Neste sentido, a coisa pública não pode ser tratada apenas como mercadoria porque ela deve atender a outros interesses estranhos às forças do mercado. No caso do Brasil no período pós-64, o Estado constituiu-se claramente com fins de contribuir para a deliberação de interesses privados. No que diz respeito à habitação - elemento das políticas públicas - ela acabou por ser objeto de interesses de grupos privados ligados à construção civil, às empreiteiras e ao capital financeiro.

Foi neste universo de contradições de uma política habitacional voltada ao mesmo tempo para os interesses privados e preocupada em mostrar seu caráter social que uma equipe de trabalho social atuou no INOCOOP-SP no período de 1975 e 1979. A experiência metodológica desta equipe, aproveitando-se das próprias contradições do modelo mencionado, procurou intervir naquele sistema com vista à efetivação do verdadeiro sentido do cooperativismo. O trabalho sistemático desenvolvido ao longo de quatro anos tinha como fim fazer com que os principais interessados, no caso os cooperativados, tomassem a direção dos projetos de con-

juntos habitacionais dentro, é claro, dos limites das próprias regras estabelecidas pelo BNH. Em 31 de outubro de 1979, toda esta equipe, composta de 40 técnicos, entre assistentes sociais e sociólogos, foi demitida. Antes disto, porém, foi possível uma aplicação da metodologia desenvolvida.

O presente trabalho tem por finalidade relatar e analisar esta experiência. Trata-se de um trabalho realizado pelo autor como técnico social na Cooperativa Habitacional de Nova Veneza, em Sumaré - SP, entre 1977 e 1979. Para isto, considerou-se necessária uma discussão sobre o tema "cooperativa" ao longo da História. A recuperação do próprio conceito de cooperativa, seu desenvolvimento enquanto movimento doutrinário, assim como seu enquadramento em contextos históricos distintos, faz-se necessário.

O primeiro capítulo trata diretamente desta questão. A análise parte dos primeiros conceitos do cooperativismo, desde os pioneiros de Rochdale, até seu desenvolvimento em regimes políticos distintos. Contém ainda uma referência ao debate envolvendo

teóricos que trataram do conceito e das questões conjunturais que envolvem o tema, assim como uma discussão sobre o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil.

O segundo capítulo enfoca o cooperativismo habitacional "inventado" pelo Estado autoritário no Brasil pós-64. Para melhor elucidar a questão, procuramos relacionar a política habitacional daqueles anos com os fatores que caracterizam este Estado enquanto elemento de expansão do capitalismo monopolista.

O terceiro capítulo procura fazer uma reconstituição da experiência metodológica da equipe de trabalho social que atuou no INOCOOP-SP entre os anos de 1975 e 1979 a partir de documentos produzidos por esta equipe e de depoimentos de três coordenadores que tiveram a iniciativa de aplicação da metodologia de trabalho.

O quarto e último capítulo relata uma experiência concreta de aplicação da metodologia na Cooperativa Habitacional de Nova Veneza, onde o autor acompanhou o desenvolvimento do projeto habitacional como técnico social da equipe posteriormente demitida.

Para a realização deste trabalho, não pude contar com importantes documentos resultantes deste processo cooperativo e que se encontram na sede do INOCOOP-SP no bairro do Butantã, na cidade de São Paulo. A consulta a estes documentos foi negada ao autor pela atual superintendência do INOCOOP. Alegou-se para isto a possibilidade de comprometimento da imagem da instituição uma vez que os documentos seriam analisados por um técnico que integrou a equipe demitida. Impossibilitados portanto de termos acesso a estes documentos, tomamos como principal referência de nossa análise depoimentos de técnicos envolvidos naquela experiência que permitiram uma reconstituição da sua história. Além dos depoimentos, contamos com os documentos da Prefeitura Municipal de Sumaré referentes ao trabalho desenvolvido na Cooperativa Habitacional de Nova Veneza.

Os depoimentos foram concedidos por dois diretores do INOCOOP-SP e por dois grupos de pessoas que participaram da experiência cooperativa em Sumaré: um grupo que não chegou a morar no conjunto habitacional e outro que lá permaneceu residindo.

Por fim, na conclusão do trabalho, apresentamos uma discussão sobre a importância da cooperativa enquanto elemento integrante dos interesses dos movimentos sociais em suas lutas cotidianas pela conquista da cidadania.

CAPÍTULO I

COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO

1. O Conceito

Uma sociedade cooperativa é aquela que se baseia fundamentalmente na cooperação de seus membros para a consecução de objetivos comuns. É possível pensar a cooperação no nível da sociedade global assim como no nível de subsistemas desta que se caracterizam basicamente por tal processo. No caso, estamos interessados nesta segunda vertente da noção e, principalmente, nas associações diversas e/ou empresas constituídas de maneira cooperativa para a consecução de determinados fins visados por seus membros associados.

As cooperativas habitacionais são, em tese, associações desse tipo, apenas com a particularidade de que, ao contrário do que tem se dado historicamente com as cooperativas tradicionais, as cooperativas habitacionais organizadas no Brasil pós-64 têm no Estado o principal responsável pela iniciativa de sua organização e pelo provimento de algumas das condições essenciais de seu funcionamento e viabilidade. Em outras palavras, ao contrário das cooperativas tradicionais, onde a iniciativa é essencialmente societária, as cooperativas habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação são, de certa forma, estatizadas ou, pelo menos, têm na atuação do Estado um de seus determinantes fundamentais.

De um modo geral, os exemplos históricos de cooperativas de iniciativa essencialmente societária caracterizam-se por objetivar finalidades não lucrativas, como as de ajuda mútua, de consumo etc., ou por visarem a obtenção de lucros que beneficiem seus associados, como as cooperativas de pequenos produtores que visam na associação conseguir melhores condições de comercialização de seus produtos, por exemplo. Há também cooperativas de pro-

dução de bens ou serviços que se organizam como empresas, conjugando diferentes fatores de produção para a consecução de seus objetivos em benefício dos associados. Em todos esses exemplos, no entanto, por mais limitados e incompletos que possam ser, em tese, o traço mais marcante é o da comunidade de objetivos entre os cooperativados e o de seu controle democrático sobre a instituição, através de regras estabelecidas de comum acordo que regulam sua participação direta ou indireta na gestão.

Diversas têm sido as definições que procuram abarcar o fenômeno organizacional da cooperativa.

Ademir Silva, ao defini-lo em estudo sobre as cooperativas habitacionais no Brasil, afirma que, se de um lado a cooperativa é constituída através de uma reunião de pessoas que objetivam o mesmo fim, de outro é uma empresa que conjuga fatores de produção, como trabalho, capital, administração, tecnologia e recursos naturais.¹

¹ SILVA, Ademir. O ESTADO E O IMPACTO SOCIAL DAS COOPERATIVAS HABITACIONAIS. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado. p. 76

Para Birou, a sociedade cooperativa fundamenta-se na igualdade de direitos e objetiva a satisfação de necessidades de trabalho ou de consumo, constituindo-se numa "submissão ao capital", mas que foge "aos imperativos do lucro capitalista" e que é reconhecida juridicamente pelo Estado.²

Diva Benevides Pinho define o cooperativismo como a doutrina que tem por objetivo a correção do social pelo econômico, através de um fim predominantemente econômico. Neste sentido, segundo interpretação de Ademir Silva, "as cooperativas organizam-se em bases democráticas, visando a prestação de serviços a seus membros, o suprimento de determinados bens e a realização de programas educativos e sociais."³

Noronha considera que "o cooperativismo é um processo associativo pelo qual homens livres aglutinam suas forças de produção, sua capacidade de consumo e suas poupanças, com fins de elevarem seu padrão de vida, beneficiando-se, ao mesmo tempo, a

² SILVA, A. op. cit., apud BIROU, A. em: DICIONÁRIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, 4ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978. p. 78

³ SILVA, A. op. cit. p. 78

*sociedade em geral, pelo aumento e barateamento da produção, do consumo e do crédito.*⁴

Conquanto aduzidas apenas a título de ilustração, estas diversas definições produzidas em contextos diversos, são de alguma forma convergentes e salientam os traços gerais que indicamos mais acima. No entanto, qualquer que seja o seu valor enquanto esforço de abordagem sistemática do fenômeno, todas as definições desse tipo esbarram num problema de ordem metodológica. Não é possível analisar as cooperativas apenas da perspectiva de sua funcionalidade, finalidade e dinâmica, assim como, para compreendê-las, não é suficiente deter-se sobre as relações socializantes nelas presentes. A cooperativa não é uma associação isolada na sociedade, o que, de resto, ficou sugerido por Birou ao procurar caracterizar sua existência num contexto em que o capitalismo é a forma dominante de organização social.

Por outro lado, desde o seu surgimento, evidencia-se o

⁴SILVA, A. op. cit. p. 78

caráter político da cooperativa. O fenômeno não aflorou por acaso, mas surgiu pela primeira vez num contexto histórico marcante. Pelo que se sabe, como se verá mais adiante, as primeiras cooperativas modernas surgiram no século passado, no bojo das drásticas consequências da Revolução Industrial, como forma de proteção do trabalhador assalariado. Seus precursores idealizavam e formulavam projetos políticos alternativos que se chocavam com o modelo capitalista em implantação. É, portanto, preciso analisar seu surgimento e desenvolvimento de uma forma que não desloque o fenômeno cooperativo estudado do contexto histórico estrutural (e até mesmo de conjuntura) em que surge. As cooperativas têm suas características afetadas pelas condições concretas do contexto em que surgem e se organizam.

Sob esse prisma, como explica Ademir Silva, é absolutamente insuficiente arrolar diferentes definições, se o que se pretende é chegar à compreensão do cooperativismo no contexto social onde ocorre, contexto esse que o condiciona e cujo movimento reflete na natureza e dinâmica do fenômeno em questão:

*"As cooperativas são fenômenos cujos contornos são desenhados, em última análise, pelas relações que as corporificam e que dão a medida de sua capacidade em contribuir para a conservação, a inovação, o questionamento, a transformação ou a ruptura das condições objetivas e predominantes na sociedade onde se inserem, de modo a atenderem aos interesses de seus filiados."*⁵

Para os objetivos deste trabalho, esta digressão inicial sobre a noção de cooperativa e sobre o desenvolvimento do cooperativismo tem como fim mais distante e e mais específico a compreensão de um determinado modelo de cooperativa produzido no Brasil pós-64, com a constituição pelo Estado do sistema mais geral que, em seu bojo, incorporou a forma cooperativa na organização dos interessados na aquisição da habitação popular.

2. Origens Históricas do Cooperativismo

⁵ SILVA, A. op. cit. p. 79

O movimento cooperativista pode ser caracterizado como uma das expressões do pensamento socialista, desde suas primeiras manifestações no chamado socialismo utópico até suas principais realizações mais notáveis no século passado.

A primeira cooperativa, com as conotações com que se conhece mais contemporaneamente o movimento, surgiu em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, com o nome de "*Rochdale Equitable Pioneer's Society*".

Tal experimento nasceu da iniciativa de 28 tecelões pobres reunidos em assembléia em Rochdale, distrito de Lancashire, Inglaterra, com o propósito de encontrar um meio para melhorar suas precárias situações econômicas. Dentre as soluções propostas - emigração, abstinência de bebidas alcoólicas, fundação de um armazém cooperativo - esta última foi a aprovada. Em seguida, os pioneiros de Rochdale economizaram durante um ano inteiro o capital necessário à organização da cooperativa. Conseguiram reunir 28 libras esterlinas, quantia com a qual, em dezembro de 1844, inauguraram o armazém que oferecia aos associados

uma relativamente pequena quantidade de produtos essenciais, como farinha, açúcar, manteiga, aveia etc. Apesar dos poucos recursos, todavia, os planos e os estatutos eram grandiosos.⁶ Os princípios dos pioneiros de Rochdale foram:

*"Adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética, desenvolvimento de ensino."*⁷

Tais princípios ganharam vigência bastante ampla na expansão do cooperativismo, como se pode observar, por exemplo, nesta passagem de Pereira, referente às linhas gerais de organização cooperativa:

"Adesão livre e voluntária, número ilimitado de sócios, capital social variável, (...), intransferibilidade das quotas, singularidade do voto, (...), quórum para o fechamento das assembleias, retorno das sobras líquidas aos sócios, faculdade

⁶ Cf. PINHO, D. B., op. cit.

⁷ PINHO, D. B., op. cit.

de atribuir juros módicos e fixos ao capital de até 12% ao ano, indivisibilidade do fundo de reserva, fundo de assistência técnica, educacional e social, área de ação limitada, neutralidade política, indiscriminação social, racial e religiosa, mínimo de 20 pessoas físicas para constituição.^B

Surgindo como movimento de auto-preservação dos trabalhadores diante dos objetivos lucrativistas do capital, o cooperativismo chegou a ser pensado como universalizável, de modo a constituir uma forma de organização social alternativa ao capitalismo. A proposta coletivista, o sentido de cooperação, a igualdade de direitos, os valores pautados em princípios democráticos, tudo isso indicava uma nova perspectiva de relações que se chocavam com as existentes na dinâmica do modelo capitalista. A nova organização comunitária, assentada em bases democráticas e caracterizada pela auto-gestão, constituiria uma espécie de espaço conquistado no interior da estrutura social dominante capita-

^B Pereira, F. P. DICIONÁRIO DO BEM ESTAR SOCIAL., Cortez editores, 1982, p. 97.

lista.

A pretensão de universalidade e de generalização dos princípios cooperativistas não encontrou eco no desenvolvimento histórico real. O fenômeno cooperativo permaneceu restrito, por mais que tenham proliferado iniciativas nesse sentido com diversos objetivos, organizando setores despossuídos da sociedade em busca de benefícios comuns.

Apesar de sua origem no proletariado, o fenômeno foi visto com ressalvas pelo marxismo.

Encontram-se nos estudos marxistas análises do movimento cooperativo que indicam os limites e os perigos dos projetos cooperativos em relação ao desenvolvimento do projeto socialista. Em escritos de Marx, Engels e até mesmo de Lenin, ficam claras as críticas em relação ao papel dúbio que as cooperativas poderiam representar. Se de um lado, incentivavam o coletivismo, a igualdade de direitos, a democracia, de outro lado limitariam o caráter socializante na medida em que esses princípios caracterizariam organizações e/ou empresas ainda privadas, como é o caso

das sociedades por ações, referidas por Marx como um avanço no interior do capitalismo, mas como uma espécie de superação do sistema no interior do próprio sistema, não chegando a transcendê-lo. Como afirma Marx:

*"As fábricas das cooperativas de trabalhadores no interior do regime capitalista são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente em sua organização efetiva, por toda parte reproduzem defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho."*⁹

Com a Revolução Russa de 1917, teve prosseguimento o debate:

"Logo após a Revolução de outubro, um amigo comum promoveu um encontro entre Lênin e o já velho

⁹ MARX, K. O CAPITAL, livro III, vol. 5, 3ª ed., Civilização Brasileira, 1981. p. 509

Kropotkin. Este chamou a atenção do líder bolchevique para a proibição das cooperativas. O caso concreto era a perseguição de alguns cooperados em Dimitrov, uma pequena cidade russa, pelos bolcheviques. Lênin concordou que havia cometido e cometeria muitos erros, mas disse também que a revolução não poderia ser feita de outra maneira e não iria permitir estas cooperativas, perguntando a Kropotkin se ele acreditava realmente que o mundo capitalista iria capitular frente ao movimento cooperativista. Levantando-se energicamente da cadeira, seus olhos flamejaram ao setenciar categoricamente que estas pequenas cooperativas, esses grupinhos de trabalhadores sem poder algum acabariam esmagados e transformados sem piedade em servidores do capital.¹

O marxismo na Rússia, em sua experiência socialista, continuou apontando o caráter contraditório das cooperativas. O Estado passou então a tutelar estas organizações. No regime comunista, as cooperativas se estenderam às zonas urbanas a partir de um decreto governamental de 09/11/1956. O setor cooperativo assim

¹ COSTA, C. T., O QUE É ANARQUISMO, 3ª ed., Brasiliense, p. 27-8

ampliou-se, passando a servir de elo de ligação entre as cidades e o campo.

Os estudos de Pinho revelam que, apesar de alguns comunistas verem nas cooperativas de consumo uma fonte de perigo para o regime por constituírem uma forma de aburguesamento dos trabalhadores, elas foram mantidas por satisfazerem as necessidades de consumo que o Estado ainda não conseguia prover. Compreendendo sua importância para aquele momento, Lênin baixou um decreto dispondo que cada cidadão deveria filiar-se a uma cooperativa de consumo.

Lênin, e posteriormente Stálin, justificaram a manutenção dessa forma de propriedade afirmando que as cooperativas desapareceriam no momento em que os organismos de produção e distribuição do Estado estivessem em condições de satisfazer plenamente as necessidades dos cidadãos.⁴¹ Apoiados em Marx, Lênin e Stálin não consideraram as cooperativas como um meio de emancipa-

⁴¹ PINHO, D. B., op. cit.

ção do trabalhador. O movimento cooperativista foi entendido por eles como um movimento mais ligado aos preceitos dos socialistas utópicos e não dos socialistas revolucionários. Portanto, como as cooperativas não representavam um meio radical de libertação do trabalhador, elas foram tomadas apenas como instrumentos para a produção do ideário revolucionário:

"Tornam-se, portanto, técnica provisória destinada a criar uma mentalidade coletivista por permitirem aos trabalhadores a posse de seus instrumentos de trabalho."¹²

Numa análise mais geral do cooperativismo, Ademir Silva nos mostra que as diversas experiências deste movimento podem ser agrupadas de acordo com três modelos: as cooperativas ortodoxas, fiéis aos princípios de Rochdale; as cooperativas desfiguradas em função de determinações históricas conjunturais; e as coopera-

¹² PINHO, D. B., op. cit.

tivas "adaptadas" às circunstâncias impostas pelo modelo de sociedade capitalista, social reformista ou socialista

Examinando as tendências do movimento cooperativo, este mesmo autor conclui que *"as cooperativas constituem formas associativas subsidiárias do processo mais amplo de produção e consumo, não sendo a principal estratégia econômica tanto no socialismo quanto em sociedades capitalistas."* Nos países considerados "desenvolvidos", em geral, as cooperativas estão se transformando em prósperas empresas, que funcionam segundo modernos métodos organizacionais e abandonam os princípios dos pioneiros de Rochdale.

Nesta mesma linha de pensamento, Pinho concluiu que a expansão do cooperativismo em países com estrutura tanto capitalista como socialista praticamente diluiu os princípios de Rochdale que marcaram a origem da doutrina cooperativa. Em alguns países, as cooperativas chegam a ser utilizadas sem nenhuma inspiração doutrinária, atuando simplesmente como instrumento de desenvolvimento econômico e social:

*"Nos países em desenvolvimento, sobretudo, criou-se todo um complexo aparelhamento oficial, com fim de 'amparar' as cooperativas (nas economias de mercado) e 'enquadrá-las' com planos autoritários (nas economias centralizadas) ou 'educar cooperativamente' a massa popular. Neste caso, sua importância foi colocada com relevo ante o crescimento demográfico 'explosivo', agravado por elevado índice de analfabetismo, êxodo rural (que transplanta para grandes centros urbanos uma população rurícola de difícil integração)."*¹³

No que tange às cooperativas habitacionais no Brasil pós-64, esta análise corresponde de maneira bastante próxima à realidade brasileira. De acordo com os estudos desenvolvidos por Ademir Silva, a defesa da cooperativa no Brasil contemporâneo, de iniciativa do Estado, está ligada às determinações da lógica da lucratividade do capital. Segundo este autor, as cooperativas aqui tendem a expressar as relações de poder de nossa sociedade.

¹³ PINHO, D. B. op. cit.

Elas são fenômenos historicamente determinados e moldadas de acordo com a conjuntura em que são criadas, refletindo assim os conflitos inerentes às relações que se estabelecem neste contexto brasileiro.

Vários autores que estudaram o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, quando se referem aos modelos cooperativos contemporâneos, enfatizam a presença do Estado enquanto controlador da maioria das experiências cooperativistas. Numa nação cujo modelo econômico caracteriza-se pela concentração da renda que provoca a miséria crescente, o Estado, moldado pelos interesses do grande capital, torna-se promotor de políticas sociais que buscam o controle do movimento social e que, ao mesmo tempo, promovem o desenvolvimento das forças produtivas de interesse do capital. As experiências brasileiras em cooperativas criadas por iniciativa do Estado seguem sempre a lógica da lucratividade capitalista.

A maioria dos estudos de caso sobre cooperativas no Brasil convergem para esta caracterização. Odacir Luiz Coradini,

ao analisar as cooperativas agrícolas no sul do país, indica que este cooperativismo *"assume o caráter de uma das formas através das quais o Estado e suas bases sociais atuam no sentido de, concomitantemente, desenvolver as forças produtivas e manter as tensões e conflitos sociais nos limites do politicamente viável para o padrão de acumulação e dominação pública."*¹⁴

Na mesma linha de análise, Marcel Bursztyn, ao estudar as relações entre o poder central e o poder local no nordeste, afirma que o paternalismo do Estado em relação às cooperativas nesta região desvenda os mecanismos pelos quais o cooperativismo se torna o filho predileto do Estado que, com isto, *"visa também o controle desta forma organizativa, de modo a precaver-se contra eventuais desvios dos objetos 'capitalizantes' que possam levar a situações coerentes com os princípios 'socializantes'". É então que o caráter autoritário do Estado se manifesta, assumindo a forma de um esquema financeiro que visa a evitar a emancipação*

¹⁴ CORADINI, Odacir Luiz, AGRICULTURA, COOPERATIVA E MULTINACIONAIS, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 52

*financeira dos cooperativados.*¹⁵

Por outro lado, Ademir Silva, levanta aspectos que são coincidentes com as posições de autores que o precedem neste tema, mas que têm a vantagem de estarem sustentados por significativo volume de evidências empíricas. Estabelece-se, segundo este autor, uma relação ambígua entre as cooperativas e o Estado que, de um lado, cria incentivos econômicos, infra-estrutura e procura favorecer a formação de uma *"mentalidade cooperativista"*. De outro lado, reforça a tutela, visando o controle dessa forma organizativa e evitando através de um esquema financeiro a emancipação das cooperativas. Com esta perspectiva, Ademir conclui que as cooperativas constituem uma forma de reprodução do capital adotada para buscar a secularização do caráter capitalista do Estado:

"Observa-se, então, uma flagrante transformação das cooperativas em empresas, que sob o status de

¹⁵ BURSZTYN, M. O PODER DOS DONOS: Planejamento e Clientelismo no Nordeste, Vozes, 1984. p. 50

*'cooperativas', usufruem de evidentes vantagens se comparadas com outras empresas.*¹⁶

Assim entendidas, as cooperativas, pela forma como têm proliferado no Brasil, mascaram as contradições inerentes às desigualdades das relações sociais de produção.

O estudo de Bursztyn mostra também que a própria legislação sobre o cooperativismo, especificamente a Lei nº 5.764/71¹⁷, estimula a expansão capitalista das cooperativas enquanto empresas que não funcionam como instrumentos de libertação dos pequenos produtores. O que ocorre portanto é um grande distanciamento dessas cooperativas em relação aos princípios originais básicos, como "livre adesão" e "controle democrático". Como exemplo, podemos citar a existência na formação das cooperativas da segregação dos não proprietários e da submissão dos camponeses sem terra ao latifúndio que permite a reprodução do esquema tradicional do voto de cabresto e dos currais eleitorais. Ao lado da presença

¹⁶ SILVA, A., op. cit., p. 97

¹⁷ Esta discussão será retomada no Capítulo II.

dos grandes proprietários nas cooperativas agrícolas está o distanciamento entre os dirigentes - "cooperocratas" - e a grande maioria dos associados.¹⁸ É nesta direção que se exercita o poder de barganha por parte dos dirigentes, tanto na esfera econômica como na política, em razão do crescimento da importância econômica de certas cooperativas:

*"Destaca-se ainda o dirigismo estatal para evitar a radicalização da luta de classes no campo, e a incitação à modernização determinando um aumento da composição orgânica do capital. uma tendência à especialização da produção de acordo com os imperativos do mercado, e uma progressiva participação do sistema bancário no financiamento da produção."*¹⁹

Ao estudar a cooperativa dos mandioqueiros de Calçado, em Pernambuco, Assumpção afirma que *"esse tipo de organização tem se mostrado adequado como instrumento de modernização da agricul-*

¹⁸ BURSZTYN, M. op. cit.

¹⁹ BURSZTYN, M. op. cit.

tura, isto é, da expansão do capitalismo no campo, recebendo, através do Estado, amplos subsídios sob a forma de isenções fiscais e créditos especiais. Correntemente, com a política agrícola vigente, o cooperativismo assim implantado tem contribuído para o reforço às culturas de exportação, onde predomina a produção em moldes capitalistas, em detrimento das culturas de bens alimentares básicos, fundamentalmente praticadas pelos pequenos produtores.²⁰

Assumpção destaca ainda o controle exercido pelo Estado sobre as cooperativas:

*"Vem-se observando, em áreas de conflito de terras e de desapropriações, a utilização, por parte dos órgãos governamentais, da forma cooperativista de organização como um instrumento estratégico de controle político sobre os pequenos produtores assentados."*²¹

²⁰ ASSUMPÇÃO, L. L., OS MANDIOQUEIROS E A COOPERATIVA DE CALÇADO - PE, Guarany, Fase, dez. /1982.

²¹ idem, ibidem.

Estes estudos sobre o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil pós-64 mostram a hegemonia do caráter capitalizante que este adquiriu ao longo de sua implantação. Não obstante este fato, não podemos descartar a outra face do cooperativismo que a Lei 5.764/71 estimulou. Não podemos esquecer que este cooperativismo também é uma resposta do Estado aos anseios da sociedade, tal como ocorre com as políticas sociais em geral. Neste sentido, a implementação dessas políticas em parte é uma conquista da sociedade, na medida em que o Estado deve corresponder minimamente às demandas sociais para se legitimar.

A contradição que coloca lado a lado os interesses do capital, o controle social e os interesses de setores populares da sociedade está expressa no cooperativismo habitacional, como veremos mais adiante. Assim, a cooperativa, mesmo sendo organizada sob o controle do Estado, não deixa de ser um universo de relações contraditórias. É possível pensá-la enquanto um espaço onde se interagem forças com interesses divergentes. Nesta perspectiva, não podemos concluir simplesmente que este cooperativis-

mo tenha perdido, ao longo de seu desenvolvimento, todas as características doutrinárias do cooperativismo do século passado ao se enquadrar nos modelos estruturais capitalista e socialista, como veremos nos capítulos III e IV deste trabalho. A cooperativa organizada pelo Estado, por exemplo, mais semelhante a um consórcio que a uma cooperativa, ao entrar em funcionamento, ela representa, nos limites de suas normas, um espaço possível de defesa dos interesses do postulante à casa própria.

CAPÍTULO II

COOPERATIVAS HABITACIONAIS NO BRASIL PÓS-64

1. A CONJUNTURA POLÍTICA

Depois de 1964, as cooperativas habitacionais no Brasil se constituíram, na sua maioria, em cooperativas ligadas ao Sistema Financeiro de Habitação e ao Banco Nacional de Habitação. Estes organismos foram criados pela lei 4.380 de 21 de agosto de 1964 que instituiu também a correção monetária nos contratos imobiliários.

As cooperativas integrantes deste sistema, juntamente com os demais programas implementados pelo BNH, só podem ser compreendidas no contexto histórico do Estado intervencionista auto-

ritário e tecnocrático que emergiu no país após o golpe de 64. O modelo político então implantado se caracterizou pela ampla inserção do Estado na sociedade, de tal forma que acabou eliminando quase todos os mecanismos de representação legal da sociedade. Com a intervenção no Congresso Nacional, o novo governo extinguiu os partidos políticos e interviu nos sindicatos e associações de trabalhadores, que tiveram seus líderes afastados dos cargos de direção sindical e passaram a ser controlados pelo Estado.

A estrutura política implantada depois de 64 valeu-se dos atos institucionais consolidando uma hegemonia absoluta do poder executivo sobre os outros poderes e até mesmo sobre os outros organismos de representação da sociedade:

"Os atos institucionais impuseram-se por sobre os dispositivos da Constituição neoliberal de 1946. Nos anos de 1967-69, adotou-se uma Constituição que manteve os poderes excepcionais do executivo (...). Em dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional nº 5, conferindo novas prerrogativas ao Presidente da República (...). Em 1969, o governo adotou nova Constituição na qual consoli-

*dam-se os poderes excepcionais do Executivo.*¹

Neste contexto, o cooperativismo e a habitação popular só poderão ser compreendidos no bojo das políticas sociais produzidas pela estrutura de poder implantada. Esta estrutura, voltada para a execução planejada e autoritária das políticas sociais, objetivou interferir na sociedade através de uma política econômica que garantisse a inserção do capital monopolista na economia brasileira seguindo a tendência do capitalismo internacional após a 2ª Guerra Mundial.

O significado deste modelo de política econômica está claramente expresso nos estudos de Maria de Lourdes M. Covre. A autora nos mostra que, neste período, o Estado se constituiu como *"o móvel imprescindível da efetivação do capital monopolista no Brasil e suas imposições, e desempenha essa função da forma mais expropriativa possível. Agindo como uma espécie de empresa maior, rege a relação das grandes empresas oligopólicas, em sua forma de*

¹ IANNI, Otávio. "Independência e Modernização: o Planejamento em Regime Autoritário", em ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO (1930-1970). Civilização Brasileira, 1979. p. 227

*subsidiária, e grandes empresas nacionais, com núcleo em torno do qual todo o resto deve voltar e servir.*²

Como se verifica, internacionalmente, o capitalismo ganhou nova roupagem. O novo estilo caracterizou-se pela conjunção de capitais privados e financeiros de grande porte do chamado primeiro mundo. As grandes empresas que então se formaram passariam a investir em vários países, de modo a garantir o monopólio sobre amplos setores da economia em suas nações de origem e mesmo nas nações periféricas.

Para Fernando Henrique Cardoso, a este modelo econômico de desenvolvimento corresponde um modelo político que se baseia em uma nova aliança. Mesmo que os agentes sociais antes predominantes (o Estado, a empresa pública, a empresa privada e os representantes dos setores agrários) continuem atuando, modifica-se o eixo hegemônico do sistema de poder. Neste novo contexto, os grupos sociais que expressam os interesses do capitalismo inter-

² COVRE, Maria de Lourdes Manzini. "Capital monopolista: da cidadania que não temos à invenção democrática", em **CIDADANIA QUE NÃO TEMOS**, Brasiliense, 1986. p. 180

nacional, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, associados ou integrados, ganham importância. Verifica-se então o fortalecimento, no cenário político, de setores das Forças Armadas e da tecnocracia que, por serem anti-populistas, ficaram fora do pacto político dos anos anteriores. Na medida em que, no plano social, são repressivos e, no plano administrativo, apresentam-se como modernizadores, estes setores ganham força na nova conjuntura.

O modelo político adotado baseava-se no desengajamento popular no processo decisório e em medidas de caráter repressivo. Este modelo resultou num regime autoritário que pretendia excluir da vida política os segmentos da classe trabalhadora que se opunham às mudanças.

Fernando Henrique Cardoso compartilha das análises que caracterizam tal modelo enquanto um divisor entre a sociedade civil e o Estado, isto é, segundo essas análises, neste modelo, o Estado passa a impedir qualquer possibilidade de participação política da sociedade civil através de um bloqueio às instituições que pudessem servir de canais de participação popular e

expressar a vontade daqueles setores que não participam diretamente do exercício do poder:

*"A exclusão das massas rurais e urbanas da vida política, a inexistência de processos capazes de ativar politicamente a sociedade e de permitir que a informação flua livremente para criar com isso focos de formação de opinião pública e núcleos de organização condenará a sociedade a viver politicamente como um vulcão sufocado."*⁹

Na ótica de seus defensores, o golpe de 1964, em seu projeto inicial, objetivou adaptar o Brasil à nova conjuntura mundial. Seus ideólogos justificaram o golpe com críticas ao modelo populista nacional-desenvolvimentista característico das conjunturas que antecederam a intervenção militar. Nesta perspectiva, defendiam a idéia de que somente com forte intervenção do Estado o Brasil poderia trilhar os caminhos da modernidade. O estilo implantado garantiu a defesa dos interesses dos setores

⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

privados nacionais e estrangeiros que, associados ao Estado, formaram um bloco hegemônico na economia.

Para Fernando Henrique Cardoso, esta nova etapa de desenvolvimento se caracteriza pela industrialização "*excludente ou restritiva*", isto é, o objetivo da industrialização passa a ser a produção de bens sofisticados cujo consumo se restringe a uma parcela cada vez menor da população. Este tipo de industrialização, que se tornou possível a partir da entrada maciça de capitais estrangeiros na economia, implica na importação de fábricas já prontas (importação de tecnologia e propaganda) e na existência de um suporte financeiro (crédito ao consumidor e ao produtor).

Em sua análise, Fernando Henrique Cardoso lembra ainda o fato de que a industrialização restritiva não traz consigo uma maior participação nos frutos do "progresso tecnológico". Ao contrário, ela acentua cada vez mais a tendência inerente ao modelo brasileiro de concentração de renda. O modelo desenvolvimentista, baseado na expansão industrial e no crescimento das exportações,

tem suas raízes na concentração da renda promovida por uma política de contenção salarial, assegurada pela desarticulação dos meios de pressão da classe trabalhadora que não participa dos frutos deste processo. Este tipo de industrialização requer ainda um mercado interno capaz de consumir os novos produtos. Porém, a ampliação do mercado, ao invés de se dar através do aumento do poder aquisitivo da população em geral, limita-se apenas ao aumento do consumo da classe média alta.

Segundo Maria de Lourdes Covre, depois de 1964, o Brasil desenvolve uma das maiores concentrações de renda do mundo. Utilizando-se de dados do Banco Mundial apresentados por Hélio Jaguaribe envolvendo uma pesquisa com 32 países capitalistas em 1980, a autora assinala que, no tocante à participação das famílias mais ricas na renda nacional, no Brasil, este índice chega a 50,6%. Nesta época, o Brasil era a 8ª economia do mundo e estava em 188º lugar em distribuição de renda, apresentando níveis de desnutrição, doença, analfabetismo, desalojamento e violência urbana insuportáveis, com 70% da população afundada em miséria e

iniquidade.⁴ Segundo a autora:

*"Esse perfil da pobreza e de concentração de renda passa pelo governo que regeu o país nas duas últimas décadas, que promoveu um modelo de desenvolvimento o qual excluiu, e conseqüentemente teve que reprimir a maior parte da classe operária, impondo uma política salarial que conseguiu dizimar grande parte dessa classe trabalhadora e criou conseqüências cuja gravidade começa a vir à luz."*⁵

Nesta conjuntura, o Estado, em sua associação com os setores privados, garante o modelo econômico que favorece os interesses oligopólicos. Por outro lado, ele redimensiona sua relação com a sociedade ao impor condições a todas as instituições civis. Como foi visto, o seu referencial passa a ser o autoritarismo crescente. Os Atos Institucionais, a Constituição de 1967 e a reforma constitucional de 1969, estabeleceram limites para o funcionamento do Congresso Nacional, dos partidos políticos, sin-

⁴ Os dados encontram-se em Hélio Jaguaribe, BRASIL: REFORMA OU CAOS, Rio de Janeiro, 1966.

⁵ COVRE, Maria de Lourdes. op. cit. p. 180

dicatos, associações etc., reprimindo a liberdade de expressão e de organização da sociedade.

Este contexto também exige do grupo intervencionista respostas imediatas quanto ao futuro da economia e soluções para as questões sociais emergentes. De posse do discurso segundo o qual a intervenção foi necessária para colocar o país nos trilhos da modernidade, os militares no poder, assessorados por tecnocratas e burocratas, optam pela ideologia do planejamento. Para garantir o modelo, o Estado se reestruturou de maneira que a racionalização e o planejamento passaram a ser os suportes da tecnocracia autoritária.

Carlos Estevam Martins e Sebastião Velasco mostram que a nova conjuntura exigia mudanças estruturais, não sendo assim possível entender o movimento de 1964 apenas como obra de golpistas aventureiros:

"O capitalismo contemporâneo, requerendo a crescente participação do Estado na produção de mais-valia e na reprodução da força de trabalho, exige

*a reformulação das esferas pública e privada, assim como os mecanismos, institucionais e ideológicos, que as articulam entre si. A proeminência que em todo o mundo vem sendo adquirida pela burocracia estatal (civil e militar), pelos meios eletrônicos de comunicação de massa, pelo discurso tecnocrático, pelos direitos sociais, pelos valores atinentes à segurança do Estado, necessariamente coloca em crise os partidos políticos, o parlamento, o conceito de lei, os processos autônomos de formação da opinião pública, as liberdades civis e os direitos políticos do cidadão*⁶

Como vimos anteriormente, o modelo político-econômico adotado pelos militares favorecia a concentração de renda que, com certeza, elevaria o grau de miséria da população. A resposta do Estado intervencionista planejador a este problema veio com a projeção de políticas que tivessem por objetivo atender as necessidades imediatas de amplos setores populares carentes de condições mínimas de qualidade de vida. Entretanto, os projetos ende-

⁶ VELASCO, S. C. Cruz e MARTINS, C. Estevam. "De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura" em SOCIEDADE E POLÍTICA NO BRASIL PÓS-64. Brasiliense, 1984, p. 15

reçados a estas camadas da população ficaram submetidos às leis de mercado, fazendo com que os direitos básicos do cidadão fossem entendidos estritamente como mercadorias. Neste sentido, os setores do capital privado - indústrias e bancos - encontraram no Estado um grande sócio. Este, por sua vez, buscou conferir a estes projetos o máximo de legitimidade possível. Com esta perspectiva, foram criados programas de grande vulto nas áreas de educação, saúde, habitação etc. Muitos desses programas ficaram só no papel. Os que foram viabilizados atenderam mais os interesses dos grupos privados associados do que os interesses das camadas populares às quais eles se destinavam.

No que se refere à habitação popular, esta constatação é bastante evidente. Como se verifica no estudo de Beatriz Abramides:

"O modelo econômico de desenvolvimento adotado trazia em si uma proposta política habitacional que se concretizou com a criação do Banco Nacional de Habitação, que ao repassar para os agentes financeiros os recursos oriundos do Fundo

*de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - injeta na economia um grande volume de capital. Essa política habitacional tinha como principal finalidade resolver o "problema" da crise econômica e uma das saídas se dá através da dinamização da indústria da construção civil. Ao mesmo tempo em que esta medida se reveste de um caráter econômico, ao nível político aparentemente "resolve" a questão da habitação popular.*⁷

Nesta perspectiva, as políticas sociais ganham importância ímpar. Assim, elas se constituíram enquanto instrumento dos grupos hegemônicos no Estado que as utilizam para inibir a dinâmica e a autonomia dos movimentos sociais, atingindo os setores que objetivam a melhoria das condições de vida da população. Com esta prática, o Estado apresenta-se demagogicamente como "solucionador" de todos os problemas sociais. A cidadania deixa de ser constituída através da participação democrática para apresentar-se como dada pela ação do Estado protetor. O limite da parti-

⁷ ABRAMIDES, M. B. "Realidade Brasileira" em REPENSANDO O TRABALHO SOCIAL, Cortez, 1980, p. 37

cipação se encontra então nas fronteiras estabelecidas pelo planejamento do Estado. A ordem estabelecida acaba impondo relações que garantem o gerenciamento autoritário e centralizador das políticas sociais. Todas as esferas da relação entre Estado e sociedade são assim atingidas.

O Sistema Financeiro Habitacional e o Banco Nacional de Habitação, ambos subordinados ao Ministério do Interior, foram inteligentemente instituídos para garantir o controle do Estado sobre todos os projetos populares de habitação que necessitassem de financiamento. O BNH, através de seus agentes e de todos os segmentos privados a ele associados, passa a comandar uma teia de relações que impõe as condições e decide sobre quase tudo o que diz respeito à aquisição da habitação. Tal sistema não permite qualquer possibilidade de exercício da cidadania, ou seja, não permite que os beneficiados decidam conjuntamente com os projetistas o estilo, a dimensão e a qualidade das unidades habitacionais. Veremos mais adiante como este procedimento acaba por tolher a possibilidade do indivíduo pensar o seu espaço, tendo

como referencial os seus desejos e as suas necessidades.

Ao analisar a ideologia do planejamento e a prática da tecnocracia no momento específico da ditadura no Brasil pós-64, Covre indica que aqui, como em outros países do 3º mundo, as políticas sociais visam sempre a desmobilização dos movimentos sociais:

*"Pode-se delinear nesta proposta uma prática autoritária e desmobilizadora, se tivermos em conta que o plano tem que se antecipar às reivindicações populares. O plano, como um Deus ex-machina, dono da objetividade, decide sobre a vida dos cidadãos. A sua almejada aceitabilidade está na concepção tecnocrática de poder, fundamentada na sua suposta inserção do saber, portanto da tecnologia que regeria os ditames do plano. Esse próprio planejamento se consubstancia enquanto forma aglutinada superior dos vários conhecimentos, com suposição de estender a justiça social a todos cidadãos."*⁸

A partir dessa reflexão da autora, podemos concluir

⁸ COVRE, M. L. op. cit. p. 163-4

que, sob o monopolismo, a dimensão da exploração é maior porque impõe-se o caráter mais violento da dominação. Além disto, a satisfação dos chamados direitos sociais, tendo em vista a totalidade da população, apresenta-se como algo "ilusório".

Na mesma linha de interpretação, Vicente de Paula Faleiros, ao analisar a função da política social no capitalismo, mostra as diversas formas da intervenção do Estado nos distintos domínios da política social: saúde, educação, habitação, serviços sociais, informação, defesa do consumidor etc. O autor assinala que esses domínios de intervenção do Estado são marcados por questões históricas e ideológicas:

*"O fato de se apresentar como social uma medida de política governamental, faz com que pareça boa à população. Assim quando o governo fala de prioridades sociais, de prioridades humanas, aparece como defensor das camadas pobres ao mesmo tempo que oculta e escamoteia a vinculação destas medidas à estrutura econômica e à acumulação de capital."*⁹

⁹ FALEIROS, Vicente de Paula. "A função da política social no

Sem dúvida, o caráter controlador e autoritário dos programas habitacionais destas instituições é inegável. Tomando esta constatação como ponto de partida para nossa reflexão sobre o cooperativismo habitacional do Estado pós-64, é necessário entender a maneira pela qual se estruturou este sistema financeiro.

Inicialmente, o BNH foi constituído com um capital de um bilhão de cruzeiros antigos, cujo crescimento estava assegurado pela arrecadação compulsória de 1% da folha dos salários dos trabalhadores sujeitos à CLT.

Em 1967, o BNH assumiu a gestão dos depósitos compulsórios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Neste mesmo ano, ocorreu também a implantação pelo BNH do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) através de depósitos voluntários. Estas medidas tornaram o BNH uma das principais potências financeiras do país e, provavelmente, a maior instituição mundial voltada exclusivamente para a habitação.

capitalismo", em **A POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO CAPITALISTA.**
Brasiliense, 1985, p. 57

Em 1971, o BNH se tornou um banco de segunda linha e passou a atuar apenas como um intermediário entre os agentes envolvidos na construção de habitações. A estes agentes foi atribuída a função de repasse dos créditos junto ao BNH, e a eles caberia a responsabilidade por toda a parte executiva dos programas habitacionais. Ao BNH atribuem-se funções apenas de comando, ordenação e orientação do sistema habitacional.

Assim, ao atuar como banco de segunda linha, o BNH transmite suas funções para a iniciativa privada, limitando-se a arrecadar os recursos financeiros para depois repassá-los aos demais agentes intermediários, que os aplicam em atividades consideradas mais rentáveis. Além disso, estes agentes realizam ainda a cobrança das prestações devidas pelos mutuários ao BNH. Nesta transação, uma parte dos juros pagos pelos mutuários fica com os agentes intermediários que, além disso, mantêm em seu poder, por um ano, os recursos financeiros arrecadados. Só depois deste prazo, os recursos são devolvidos ao BNH.

Tendo em vista este mecanismo de funcionamento do pro-

grama de habitação do BNH, percebemos a volumosa soma de recursos injetados na economia, tanto de forma direta, por meio dos bancos privados aos quais se achavam ligadas as sociedades de crédito imobiliário, quanto de forma indireta, através dos demais agentes envolvidos nesses processos. Em um estudo sobre a política habitacional neste período, Abramides constata as implicações deste mecanismo:

*"Grande parte destes recursos é aplicada em outros investimentos estranhos à habitação popular ou mesmo à construção civil, objetivando financiar atividades econômicas mais lucrativas e compatíveis com o milagre que se procurou produzir."*¹⁰

Portanto, o BNH assim constituído tornou-se um campo fértil para a iniciativa privada, que se viu diante da possibilidade de realizar muitos negócios. A responsabilidade de determinar a localização das construções e o padrão das moradias

¹⁰ ABRAMIDES, M. B. "Política Habitacional" em REPENSANDO O TRABALHO SOCIAL, Editora Cortez, 1980, p. 47

ficou em grande parte a cargo deste setor. Para Maura Pardine e Nabil Georges, o BNH se tornou um banco convencional e, assim, a política habitacional do Estado pós-64, além de privilegiar os setores privados, "obedeceu a uma estratégia de hegemonia da classe dominante representada no Estado autoritário, buscando na habitação popular um instrumento de legitimação ("ouvir o povo", diminuir o efeito do arrocho salarial, através da ideologia da casa própria), e acima de tudo uma forma de oferecer emprego para mão de obra não qualificada, estimulando a construção civil, tornando-a atrativa para o capital e servindo de amortecedor para a recessão econômica."¹¹

Assim, o BNH acabou se transformando no canal através do qual os recursos do FGTS puderam ser drenados para o setor privado. Neste sentido, ele favoreceu o mecanismo de acumulação do capital e da concentração de renda. Os capitais supostamente destinados à habitação popular, provindos da poupança compulsória

¹¹ Cf. VERAS, M. P. B e BONDUTTI, N. G. POLÍTICA HABITACIONAL E A LUTA PELO DIREITO À HABITAÇÃO.

dos assalariados, acabaram nas mãos dos diversos agentes intermediários, não gerando uma inversão na economia que fosse socialmente significativa.

O próprio Sistema Financeiro de Habitação criou programas de investimento variadíssimos. Volumosos recursos foram canalizados para outras áreas, como saneamento, transportes urbanos, indústria de material de construção etc. Sobre esta questão, Abramides conclui:

"A construção desta nova ampliação do BNH mostra que o seu objetivo não era habitação popular. Entretanto, o argumento do banco sempre foi de que operava em outras áreas para poder ter recursos suficientes para atuar na habitação popular."¹²

Vejamos então como as cooperativas habitacionais, enquanto agentes promotores do BNH, inserem-se neste contexto. Com a instauração do regime militar pós-64, a experiência brasileira

¹² ABRAMIDES, M. B. op. cit

em cooperativas habitacionais oficiais reflete uma organização imposta de cima para baixo que atende prioritariamente os interesses dos agentes privados envolvidos nas construções das habitações populares. Segundo Ademir Silva, este modelo brasileiro de organização das cooperativas habitacionais corresponde ao modelo característico dos países em desenvolvimento. Nesses países, criou-se todo um complexo aparelhamento oficial que tinha por finalidades principais "amparar" as cooperativas das condições adversas colocadas pelas economias de mercado, "enquadrá-las", através de planos autoritários, às economias centrais ou "educar cooperativamente" a massa popular.

Teoricamente, podemos afirmar que, na forma como foi instituído o modelo cooperativo do SFH, ele seguiu os princípios que regem o cooperativismo. De acordo com as disposições estatutárias e regimentais da Lei Nacional do Cooperativismo e os Atos Normativos do BNH, as cooperativas são sociedades civis, de caráter mutualista, de natureza coletiva, sem fins lucrativos. O projeto inicial só permitia a formação de cooperativas através de

sindicatos e associações profissionais. Neste contexto, entende-se por cooperativa habitacional, um grupo de pessoas que se une em função da necessidade de moradia. Este grupo, adquirindo personalidade jurídica, ao fundar a cooperativa, designa a seus dirigentes a tarefa de pleitear financiamento junto ao BNH. Os recursos então liberados pelo banco objetivam cobrir os gastos com a contratação de serviços e com todas as atividades e encargos necessários à execução de um projeto habitacional. Os interessados adquirem a personalidade jurídica depois de se agruparem e constituírem uma sociedade através da realização de uma assembléia geral de fundação. Os objetivos, estatutos e regimentos, assim como a eleição e posse dos dirigentes, ocorrem também através de assembléias.

Até o ano de 1987 as cooperativas habitacionais permaneceram subordinadas ao BNH, e este ao Ministério do Interior. Hoje, o papel de coordenação das cooperativas está a cargo das Caixas Econômicas Federais e dos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs) dos quais falaremos mais

adiante.

Não obstante a afirmação dos princípios básicos do cooperativismo, as cooperativas habitacionais do SFH ficaram submetidas a uma teia de relações institucionais criadas pelo poder centralizador que descaracterizaram essas cooperativas enquanto tais. Além disto, essas cooperativas não se constituíram enquanto um projeto espontâneo de cidadãos e nem mesmo nasceram do movimento de grupos organizados em torno de associações e de sindicatos ou de outras entidades civis. Todos os projetos "cooperativos", mesmo aqueles ligados aos sindicatos, foram estabelecidos no limite das normas, já mencionadas, instituídas pelo extinto BNH.

Neste sentido, foi o BNH quem coordenou a formação das cooperativas habitacionais, determinou e autorizou as suas normas de funcionamento e se encarregou de fiscalizar, financiar e administrar todos os empreendimentos. Até o ano de 1987 as cooperativas habitacionais permaneceram subordinadas a este banco, e este ao Ministério do Interior. Hoje, o papel de coordenação das

cooperativas está a cargo das Caixas Econômicas Federais e dos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (os INOCOOPs), em torno dos quais centralizaremos nossa análise daqui para frente.

CAPÍTULO III

O INOCOOP-SP (1975-1979)

Nossa análise a respeito dos mecanismos de funcionamento dos INOCOOPs (Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais) teve como referência o INOCOOP de São Paulo, criado em 20 de dezembro de 1966 por iniciativa da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) e com base nas disposições normativas do BNH. Este procedimento foi adotado em função de nosso interesse específico em analisar o trabalho desenvolvido por uma equipe de técnicos sociais junto ao INOCOOP-SP, entre os anos de 1975 e 1979. Esta equipe, da qual fiz parte como sociólogo, introduziu uma nova metodologia de ação buscando priorizar os inte-

resses e os direitos dos cooperativados na consecução dos projetos. Nosso objetivo principal é portanto a análise desta nova metodologia de trabalho, que representou a concretização de uma nova concepção do serviço social.

A maior parte dos documentos que serviram de base para a presente análise foi produzida pela própria equipe de técnicos sociais envolvidos na nova experiência. Além desses documentos, contamos também com a contribuição dos ex-coordenadores da equipe que concederam-nos valiosas entrevistas: a assistente social e Professora Maria Beatriz Costa Abramides; a socióloga e advogada Trofimena Noschese Fingeram (ambas respondiam pela coordenação geral); e o assistente social Professor Ademir Alves da Silva, coordenador da divisão de formação de cooperativas.

A avaliação que esses ex-coordenadores realizaram de um trabalho feito há 12 anos atrás é uma inestimável contribuição para a reflexão dos cientistas sociais e de todos os profissionais vinculados a este tipo de trabalho que busca, essencialmente, transparência e democracia nas gestões das políticas públi-

cas, tanto junto às instituições privadas como junto às instituições estatais. As questões colocadas nas entrevistas estão ligadas às preocupações principais que nortearam esta pesquisa:

1) Recuperar o histórico da implantação da metodologia do trabalho social desenvolvido pela equipe entre 1975 e 1979;

2) Procurar as justificativas para a implantação de uma metodologia que, apesar de enquadrada nos limites das normas dos INOCOOPs, caracterizou-se pela opção do método dialético que, em última instância, vislumbra a transformação da sociedade. Neste sentido, entendemos que o trabalho social contribuiria para um processo de conscientização dos cooperativados. Acreditava-se que os cooperativados, ao tomarem ciência de seus direitos nos programas cooperativos, buscariam efetivar o sentido legítimo das cooperativas e, aos poucos, poderiam

perceber suas ações no contexto mais amplo da sociedade capitalista;

3) Entender a contradição de uma metodologia que adota a perspectiva transformadora para ser aplicada numa instituição atrelada a uma burocracia autoritária vinculada aos interesses do capital;

4) Desvendar as relações entre a equipe de trabalho social e a superintendência do INOCOOP-SP e outras áreas técnicas;

5) Avaliar o processo de demissão da equipe.

As informações contidas nos depoimentos, somadas à análise dos documentos, possibilitaram descrever a experiência da equipe e desenvolver uma reflexão sobre cada momento específico do trabalho estudado. Esta análise prepara o estudo de caso, do qual trata o Capítulo IV, que focaliza uma intervenção do traba-

lho social junto à Cooperativa Habitaçãoal de Nova Veneza no município de Sumaré-SP.

1. HISTÓRICO

O trabalho social desenvolvido no INOCOOP-SP, no período de 1975 e 1979, foi fruto de um processo de construção coletiva de uma metodologia de ação.

Desde a sua fundação em 1966, já existia no INOCOOP-SP o Departamento de Desenvolvimento Comunitário subordinado à Divisão Sócio-Econômica sob a coordenação do Sr. José Gomes de Moraes Neto.

Como vimos no capítulo anterior, este INOCOOP, assim como todos os outros, tinha e continua tendo a função de orientar a formação, o desenvolvimento e o encerramento de Cooperativas Habitacionais. Suas atribuições, portanto, constituem-se em assessorias técnicas nas áreas administrativas, jurídicas, contábeis, de engenharia e social.

Os projetos habitacionais cooperativos só poderiam

adquirir financiamento do extinto BNH se repetassem os trâmites burocráticos para sua aprovação. Sendo assim, os projetos das cooperativas teriam que receber, necessariamente, assessoria dos INOCOOPs. Na prática, eram os próprios INOCOOPs que coordenavam a formação das cooperativas. Não cabia aos INOCOOPs construir os conjuntos habitacionais. Eram as cooperativas, enquanto sociedades civis independentes, que gerenciavam as execuções dos projetos, mas sempre sob orientação dos INOCOOPs.

Inicialmente, a partir de 1965, os projetos cooperativos destinavam-se aos sindicatos. Estas experiências inseriam-se na política do Estado pós-64 que buscou legitimar o regime militar ditatorial frente às camadas populares e ativar o setor de construção civil. O acesso ao financiamento dependia do grau de compromisso político dos sindicatos com o regime imposto:

"Em 1965, o BNH necessitou intervir no sistema para dar-lhe condições de exequibilidade, desenvolvendo, a partir de 1966, uma nova política para as cooperativas, marcada pelas seguintes características:

- divulgação do programa nos segmentos de renda imediatamente superior àqueles atendidos por COHABs, através de contatos permanentes junto aos trabalhadores sindicalizados;
- estímulo à formação de cooperativas habitacionais, isto é, compostas e dirigidas por trabalhadores pertencentes a categorias profissionais identificadas pela semelhança de características, aspirações e objetivos.¹

Na década de 70, setores de renda média da população poderiam em geral ter acesso às cooperativas. Portanto, os projetos não ficaram só restritos aos sindicatos.

De acordo com o artigo 679, parágrafo 39 dos Estatutos Sociais para a formação de Cooperativas instituído pelo BNH, quando o programa habitacional se constituísse de até 200 unidades residenciais, a renda familiar teria que ser de 6 salários mínimos; de 201 a 500 unidades, 8 salários mínimos; e acima de

¹"1º Encontro Estadual de Cooperativas de Habitação" - Aguas de Lindóia, 27 a 29 de outubro de 1978. INOCOOP-SP e INOCOOP-Bandeirantes, p. 21-2.

500 unidades, 10 salários mínimos.² Mas mesmo com estas novas condições, os INOCOOPs assessoravam cooperativas para agrupamentos de menor renda, notadamente em municípios onde não existiam COHABs.

Os INOCOOPs, sendo entidades privadas sem fins lucrativos, tinham por finalidade atingir metas eminentemente sociais em seu trabalho de produção de habitações, ou seja, atuando em meio às comunidades e visando sua integração e promoção social além da assessoria nas áreas técnicas, jurídicas, contábeis e administrativas.

Inicialmente, cabia ao trabalho social do INOCOOP-SP uma função meramente técnica. Os técnicos sociais analisavam as fichas sócio-econômicas dos postulantes à moradia, assessoravam a formação de cooperativas dos projetos aprovados pelo BNH, prestavam assessoria na organização de assembléias, organizavam o sorteio de chaves ao término da construção dos conjuntos e prestavam

² COOPERATIVAS HABITACIONAIS - ESTATUTOS SOCIAIS, p. 3.

serviço social na fase de instalação dos moradores até o encerramento das cooperativas. O trabalho seguia à risca a orientação do BNH, que instituiu todas as normas e procedimentos das áreas técnicas.

A partir de 1975, o trabalho social do INOCOOP-SP ganhou outra orientação. Este órgão passou a experimentar uma metodologia de trabalho que, até 1979, contribuiu com o desmonte a farsa do falso "cooperativismo democrático" imposto pelo Estado autoritário através dos seus agentes do sistema financeiro.

A importância do ano de 1975 está numa série de resoluções instituídas pelo BNH em 1974 com fins de normatizar o programa de cooperativas. Entre as mudanças destaca-se a criação do sub-programa de desenvolvimento comunitário - SUDEC, onde o Banco Nacional de Habitação passa a aplicar, através dos INOCOOPs, grande massa de recursos a fundo perdido, visando o trabalho de desenvolvimento comunitário:

"Nascido com a intenção de atuar em duas fases do programa, o SUDEC passou a funcionar, também, na

*constituição da cooperativa.*³

Esta resolução, entre outras, acabou por dar maior consistência ao trabalho social a ser desenvolvido pelo programa financeiro de habitação. No INOCOOP-SP, a expansão se deu através da nomeação para a chefia do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da assistente social Maria Beatriz Costa Abramides, que havia iniciado sua atuação no INOCOOP quando ainda era estudante, na condição de estagiária. Abramides foi designada para o cargo pelo Diretor da Divisão Sócio-Econômica do INOCOOP. Foi através dela que o Departamento de Desenvolvimento Comunitário passou por uma profunda reestruturação que acabou resultando no redimensionamento da atuação dos técnicos sociais junto ao INOCOOP.

Em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, Abramides lembra como se iniciou este trabalho. Segundo ela, o primeiro passo foi buscar a definição de uma metodologia que, de acordo com sua concepção, deveria estar comprometida com os inte-

³ "1º Encontro Estadual de Cooperativas de Habitação", op. cit.

resses dos cooperativados. Para isto, ela envolveu toda a equipe de técnicos sociais do INOCOOP num processo de discussão conjunta para que fosse encontrado um "fio condutor", ou uma linha de ação, que pudesse dar ao trabalho a ser desenvolvido um caráter realmente social.

Na perseguição de um novo referencial teórico, a equipe inicial não deixou de considerar a conjuntura política do período, em que três fatores importantes foram considerados:

1) A reconceituação metodológica do serviço social, que abarcava uma tendência nas principais Universidades da América Latina, questionadora do papel assistencialista. Tradicionalmente, o serviço social contribuía para a preservação dos interesses do capital monopolista e conseqüentemente, para a reprodução das relações de classes;

2) A tendência crescente do movimento social no Brasil

da década de 70, com os movimentos populares e sindicais emergentes;

3) A crise do modelo político ditatorial que, em função dos primeiros sinais de desgaste da economia, sofreu uma derrota política nas eleições de 1974.

Todos estes fatores levaram a sociedade à mobilização. O refluxo das atividades políticas decorrente da intensa repressão desencadeada na década de 60 e início da década de 70 deu lugar à organização de segmentos da sociedade civil que buscam a redemocratização do país. Os movimentos sociais renascem paulatinamente e, através de novas formas de luta, colocam em cena as greves operárias no ABC paulista em 1978, os movimentos urbanos populares e de setores médios, além de mobilizações de intelectuais e estudantes exigindo aberturas democráticas e anistia ampla e irrestrita aos perseguidos pelo regime militar.

Não podemos, nos limites deste trabalho, fazer um estu-

do profundo destes fatores. Mas é necessário ressaltar a importante influência exercida por eles sobre o trabalho da equipe de técnicos sociais do INOCOOP-SP para a elaboração da nova metodologia. Na realidade, nada foi estanque. A proposta metodológica foi ganhando corpo nos anos seguintes. A prática social associada à reflexão teórica constante e o contato com o movimento social possibilitaram o amadurecimento da experiência. Todos os trabalhos sociológicos produzidos ao longo dos anos 70 constituíram um referencial obrigatório para a equipe.

Abramides relembra os primeiros passos da elaboração da metodologia:

"Desempenhei esta função de coordenação tendo claro que a construção do novo perfil metodológico tinha que ser constituído através de um exercício coletivo. O fruto do trabalho teria que ser o resultado das discussões dos profissionais de formações diferentes, ou seja, assistentes sociais, sociólogos, educadores físicos, pedagogos

etc.⁴

Seu depoimento deixa claro a influência da reconceitualização metodológica do serviço social:

"Como resultado, a direção dos trabalhos se pautava na necessidade de construção de um processo que levasse a um processo coletivo, com fins de implantação de um trabalho social com caráter multidisciplinar e fundamentalmente um trabalho social desenvolvido a partir dos interesses populares. Portanto, não de cima para baixo, de gabinete, mas que passasse por um processo de construção como resultado de nossa relação com a população."⁵

Com esta nova perspectiva de trabalho, Abramides convidada para dividir a coordenação a socióloga Trofimena Moeschese Fingerman. O objetivo de colocar um profissional da área de Sociologia na coordenação vinha de encontro à carência sentida por

⁴ ABRAMIDES, M. B. Entrevista concedida ao autor no dia 14/03/91.

⁵ idem.

muitos profissionais técnicos, que não tiveram acesso em suas formações a conteúdos programáticos e referenciais que pudessem oferecer-lhes entendimento das questões sociais em sua totalidade e os aspectos ideológicos, econômicos e sócio-políticos das políticas sociais.

Traçados os primeiros caminhos, o caráter multidisciplinar do trabalho e o compromisso com as lutas populares, pensou-se então na ampliação da equipe. Foram feitos concursos para contratação de novos profissionais e, para isto, estabeleceram-se alguns critérios para garantir o ingresso daqueles que, nas provas seletivas e nas entrevistas, apresentassem posicionamentos críticos em relação à estrutura sócio-política do Brasil. Deviam apresentar também um mínimo de experiência com trabalho social e disponibilidade para participar de uma experiência que não se resumiria a aspectos somente técnicos e práticos. Os profissionais teriam que se vincular a uma prática conscientizadora junto às comunidades envolvidas nos projetos.

Constituída assim uma equipe com 52 profissionais, o

trabalho social ampliou sua atuação atingindo outras regiões do Estado, como a Grande São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba e região de Campinas.

Com a ampliação da equipe, deu-se prosseguimento à construção metodológica através da reflexão contínua em seminários e encontros e de avaliações constantes da relação entre a teoria e a prática buscando sempre o comprometimento com os reais interesses dos cooperativados.

2. JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA

A elaboração de uma nova metodologia de trabalho no INOCCOOP-SP se justificou a partir de uma análise crítica da abordagem metodológica funcionalista. Deste modo, procurou-se negar a ação profissional que tem por finalidade harmonizar e sanar as dificuldades da população na busca do bem estar social não levando em consideração nem as reais necessidades da população envolvida nos programas sociais, nem a capacidade criadora dessa popu-

lação:

*"Este método se concretiza com uma prática adaptativa, reprodutora e mantenedora dos problemas sociais, visto que a realidade não é percebida em sua totalidade e não como uma ação que sirva de instrumento às populações, para elas próprias intervirem nesta realidade."*⁶

Com este referencial teórico, o serviço social orientou sua ação com base numa concepção de homem genérico sob a égide do humanismo, e não com base nas condições sociais concretas da classe trabalhadora:

*"No método funcional, o serviço social serve ao homem quem quer que seja e não ao homem situado em determinado contexto histórico, omitindo o fato do homem não ser independente mas ligado ao processo produtivo."*⁷

⁶ ABRAMIDES, M. B. C. (et alii) REPENSANDO O TRABALHO SOCIAL NO BRASIL: A relação entre Estado, Instituições e População. Cortez Editora, 1980. p. 26

⁷ idem. p. 27

Portanto, para negar e superar a metodologia funcionalista, optou-se então pelo método dialético, na tentativa de encontrar um fio condutor no qual teoria e prática, pensamento e ação se determinem reciprocamente, proporcionando uma prática social verdadeiramente transformadora. O compromisso com os legítimos interesses da população, visando a ampliação do espaço de participação popular nas questões que lhe diziam respeito, foi colocado como prioridade fundamental do trabalho a ser desenvolvido.

Nesta direção, a metodologia estaria condicionada pela realidade social e a ação profissional dos técnicos sociais se constituiria a partir de uma perspectiva crítica dessa mesma realidade. Neste caso, a realidade não pode ser tomada tal como se apresenta à primeira vista, mas como procedente da conjugação de várias dimensões do social, portanto levando-se em conta sua complexidade e suas contradições.

Teoria e prática fariam assim parte uma mesma realidade, condicionadas pela história, que estabelece as relações entre

o homem e a natureza e as relações dos homens entre si. Tal método proporciona o entendimento da realidade social a partir das condições de sua reprodução e transformação, levando em consideração as dimensões objetivas e subjetivas, que são as condições dadas pelo próprio homem.

Este referencial metodológico, fundamentado na teoria marxista, respaldou o trabalho social, cuja intenção era agir junto aos cooperativados procurando refletir sobre a realidade das cooperativas naquele contexto político. Assim, buscou-se a todo momento entender a dinâmica das cooperativas em suas múltiplas determinações.

Nesta perspectiva, a equipe que desenvolveu a nova metodologia de trabalho social entendeu a prática social *"não como uma proposição isolada, mas como um todo em transformação, isto é, a prática questiona a teoria e a transforma, bem como a teoria contribui para interpretar a realidade norteando esta prática."*⁸

⁸ idem. p. 25

Neste sentido, teoria e prática, numa relação dialéti-
ca, condicionam o trabalho social. É portanto o próprio processo
que indica se as referências teóricas estão articuladas com a
realidade concreta. Assim colocada, esta metodologia expressa a
tendência da reconceituação do serviço social na América Latina,
quando este é incorporado ao método dialético:

*"Os reconceitualistas constituíram-se na tentativa
mais sistemática e importante de teorização do
serviço social, da prática social, possibilitando
uma atuação científica e elaborada. (...) Tal
prática tem como referencial teórico a análise
dinâmica das relações sujeito-objeto, a interde-
pendência dos fatores, e o movimento transforma-
dor inerente às relações sociais. Assim, a socie-
dade, as condições sociais, são percebidas em sua
realidade não apenas no aparente mas buscado-se
a essência dos fatos, sua real significação e
relações com o todo. Portanto, a prática social é
tida como a intervenção específica relativa ao
todo em transformação."*

^oidem. p. 27

A importância desta reconceituação para o serviço social no Brasil está principalmente no fato de que ela questiona sua atuação integrada aos aparelhos ideológicos do Estado. O serviço social desempenhava assim apenas o papel de mediador entre o Estado e os diversos grupos da sociedade. Ao impor uma constante análise da conjuntura, a reconceituação do serviço social insere-o numa perspectiva transformadora que contribui para uma mudança geral da sociedade.¹⁰

Depois de definido o referencial metodológico da equipe social, o próximo passo seria estabelecer os parâmetros de sua atuação concreta, dado que o exercício profissional do serviço social encontra no espaço de mediação entre Estado e sociedade civil, como era o caso do INOCOOP-SP, um espaço legal para a atuação do trabalho social junto às cooperativas. Para Abramides, o trabalho social deveria basear-se na concepção de que "*a socieda-*

¹⁰ Cf. ABRAMIDES, M. B. C. (et alii), op. cit. p. 28

*de, todas as coisas, fatos, se transformam e a existência é enca-
deada dinamicamente. Esta dinâmica deve ser percebida e buscada
pelo técnico social.*¹¹

Portanto, a prática social deveria ser impulsionada pelo movimento inerente à própria sociedade. As intervenções da equipe deveriam ser direcionadas pela "análise e instrumentalização das camadas populares, estando implícita a questão da participação na realidade social, mesmo que, num primeiro momento, esta participação se dê ao nível do acesso às informações existentes no social e do exercício de seus direitos que sempre são escamoteados em uma sociedade de classes (...). Esta participação tende a auxiliar a ampliação da consciência da classe trabalhadora. Neste sentido, o técnico social, com esta classe, deverá dispor à mesma toda informação e conhecimento que possui no sentido de auxiliar sua articulação."¹²

¹¹ *idem.* p. 29

¹² *idem.* p. 20

A análise exposta acima traduz de maneira bastante clara a essência do trabalho social da equipe que integrou o INOCOOP-SP entre 1975 e 1979. As questões que então se colocavam para orientar o trabalho, as reflexões e as ações da equipe eram basicamente as seguintes:

"Como a população a ser trabalhada se insere no processo produtivo e qual sua consciência desse processo? Quais as informações necessárias do técnico social sobre o S.F.H. que possibilitarão auxiliar a organização da população nas cooperativas e conjuntos habitacionais? O que é uma cooperativa e como o S.F.H. se utiliza desta forma organizacional para atingir seus objetivos - acumulação de capital e controle social? Quais os direitos da população que neste nível de sua organização estão sendo falseados e/ou escamoteados? Quais as formas próprias de organização encontradas por estas populações e que têm auxiliado no avanço de sua participação no social? Quais as necessidades habitacionais que a população percebe que não foram respeitadas e que poderão, como ponto de partida, se tornar um processo rei-

Estas questões estavam presentes em todas as discussões dos técnicos sociais nas cooperativas. As respostas a estas questões eram buscadas no processo de operacionalização da própria metodologia, como veremos a seguir.

2. OPERACIONALIZAÇÃO DA METODOLOGIA

O entendimento da operacionalização da metodologia será proporcionado pela análise de vários documentos produzidos pelo conjunto dos técnicos sociais que registram esta experiência. Os documentos resultaram das discussões dos técnicos em exaustivos encontros, reuniões e seminários que se constituíram como peças fundamentais do trabalho coletivo.

Na operacionalização da metodologia cabia ao técnico social definir seu papel enquanto detentor de certos conheci-

¹³ *idem*, p. 26

tos. Estes conhecimentos deveriam ser socializados com o conjunto dos cooperativados. Naquele momento conjuntural, conhecer significava ter ciência de todo o processo de construção dos conjuntos habitacionais levando em conta sua amplitude, ou seja, tendo clareza de quais eram os interesses envolvidos nos projetos. A socialização do conhecimento tinha como perspectiva a integral participação dos cooperativados nos projetos onde estavam inseridos.

O contato entre os técnicos sociais e os setores populacionais organizados nas cooperativas se dava através de três momentos importantes do trabalho: conscientização, participação e organização. Entendia-se que estes três momentos não se relacionavam de forma mecânica, pois a realidade social estaria sempre proporcionando novos elementos à reflexão teórica.

O momento de conscientização dizia respeito ao processo que deveria levar o indivíduo a tomar conhecimento gradativo e real de si mesmo, da situação de classe em que vivia, da sociedade composta por classes sociais e da necessidade de transformá-

1a.

A participação a ser garantida era a do exercício do direito que todo cidadão tem de se manifestar no planejamento, nas discussões e nas decisões das medidas que direta ou indiretamente afetavam sua vida.

A organização diz respeito à consolidação do espaço de manifestação, discussão e decisão das questões pertinentes resultante da operacionalização do trabalho social.

Colocada em prática a nova metodologia, o trabalho social se consolidou em três fases distintas:

1) Fase de formação de cooperativas: compreende o processo de constituição da cooperativa. A participação da equipe de trabalho social se inicia depois da composição da diretoria da cooperativa. Foram poucos os casos em que pôde haver interferência dos técnicos sociais no processo de composição das diretorias. Normalmente, essas diretorias já estavam previamente definidas, o que gerava muitas contradições pois quase sempre as diretorias representavam grupos de interesses (construtoras e/ou setor financeiro) e se preocupavam apenas com os aspectos burocráticos para a fundação da cooperativa. Os

técnicos sociais, por outro lado, procuravam despertar a participação dos cooperativados no seu conjunto.

2) Fase de acompanhamento da Cooperativa: momento em que os técnicos sociais dão assessoria aos grupos formados anteriormente. Normalmente, era este o momento em que os técnicos sociais entravam no projeto, quando a cooperativa já estivesse formada. O acompanhamento se destinava à orientação dos cooperativados na transição do processo de formação da cooperativa até o momento posterior à ocupação das casas.

3) Fase posterior à ocupação das casas: acompanhamento dos técnicos sociais na organização do espaços comunitários e nas soluções dos problemas existentes no conjunto habitacional até a fase de encerramento definitivo da cooperativa.

Neste sentido, a atuação desta equipe de trabalho social contribuiu para desvendar os reais objetivos de toda a estrutura montada através do Sistema Financeiro Habitacional. Como vimos no capítulo anterior, esta estrutura, através das cooperativas e de outros programas do Banco Nacional de Habitação, criou

um esquema de atendimento prioritário dos interesses de construtoras, de agentes financeiros e de políticos em detrimento dos interesses dos cooperativados.

3. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO

É importante notar que as análises contidas neste trabalho se realizam num momento diferente daquele em que foi desenvolvido o trabalho no INOCOOP. De certa forma, hoje a sociedade brasileira já conquistou as liberdades democráticas suprimidas durante o regime militar. Isto ocorreu após a mobilização na década de 70 de vários setores da sociedade civil que incluíram em suas lutas o reestabelecimento da ordem democrática.

Neste contexto, muitos profissionais perseguidos pelos governos militares puderam depois, na década de 90, ocupar cargos diretivos em instituições públicas. Temos o exemplo da prefeita de São Paulo Luiza Erundina que, na década de 70, era presidente da Associação dos Assistentes Sociais e, nesta condição, acompa-

nhou todo o processo de desenvolvimento metodológico no INOCOOP-SP até a demissão da equipe. Da mesma maneira, Maria Beatriz Costa Abramides, coordenadora geral da equipe, hoje ocupa cargo diretivo na Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo. Além disto, não podemos deixar de levar também em consideração o fato de que, atualmente, muitos segmentos de esquerda não têm mais como referencial para suas avaliações o paradigma da transformação radical da sociedade. Não obstante, quase todos os membros da equipe que prestaram seus depoimentos, ainda hoje reconhecem o valor da experiência metodológica da qual participaram no INOCOOP-SP na década de 70.

Maria Beatriz Abramides, em seu depoimento, afirma que não se pode negar a conjuntura política dos anos 70, que acabou definindo o caminho escolhido por muitos setores de esquerda naquele período:

"No caso de nossa atuação, do ponto de vista da profissão, existia um movimento na América Latina, um trabalho de assistentes sociais e revolu-

*cionários (...). Apesar dos equívocos, pensava-se na época em revolução, como se fosse possível atribuir à profissão um projeto revolucionário. Na época, tinha muita vinculação com o projeto de tomada do poder imediato e tal (...). Hoje estamos em outra conjuntura, via parlamentar etc. Mas aquele processo fez parte de uma caminhada, embora fosse uma fórmula incorreta, quase que uma militância no interior das instituições. Na realidade, a prática não era assim. Na instituição trabalhávamos nos limites do legal, e somente por este sentido, já era considerado revolucionário pelos conservadores.*¹⁴

O que Abramides quer dizer nesta sua avaliação é que o espaço legal estabelecido pelo BNH para a regulamentação das Cooperativas era definido nos limites dos interesses financeiros em jogo. Os pontos que garantiam a participação democrática no interior das cooperativas estavam portanto inseridos nestes limites. O que se fez então foi atuar mesmo que dentro destes limites.

¹⁴ Em entrevista ao autor.

Assim, a experiência metodológica da equipe social do INOCOOP-SP procurou colocar em prática os objetivos sociais do BNH anunciados em sua legislação. Neste sentido, os cooperativados, ao se conscientizarem de sua capacidade de pressão, passaram a agir em busca da concretização de seus direitos, o que na realidade já era considerado pelos conservadores uma subversão.

Ademir Alves, ao fazer hoje uma análise desta experiência da década de 70, segue a mesma linha de interpretação feita por Abramides. Ele considera que, naquele momento conjuntural, não se tinha outro caminho de atuação política dentro de uma instituição. Segundo ele:

"Naquele período acreditávamos cegamente que iríamos mudar o mundo. Tínhamos a percepção que somente com a conscientização e direcionados para a ação, levaríamos os cooperativados a compreender os aspectos da exploração do capital e, em contrapartida, tornarem-se revolucionários. Nosso amadurecimento nos levou a uma outra leitura da ação política. Não podemos condenar o trabalho que desenvolvemos. Ele foi importante e continua

*sendo um referencial para nossas atuações hoje. Afinal, tínhamos um sonho, e como é bom poder ter um sonho. O que sentimos agora, apesar de sabermos que não é mais aquele o caminho, é uma ausência de utopias. Qual o nosso referencial? Uma coisa é certa: o sonho continua sendo o socialismo, apesar da crise do leste europeu. Fica aí um desafio. Devemos persegui-lo. O que tem que ficar claro é que este capitalismo que temos, também em crise, e com seu projeto neo-liberal, não responde nossas expectativas.*¹⁵

As falas de Abramides e Ademir deixam claro que, para eles, o espírito crítico que mobilizou a equipe na década de 70 continua tendo o mesmo valor. Se tivessem que voltar no tempo, agiriam da mesma forma. Para ambos, esta experiência marcou definitivamente suas vidas profissionais. Eles continuam desenvolvendo trabalhos no setor habitacional. Abramides ocupa hoje o cargo de superintendente dos projetos habitacionais populares na Secretaria de Habitação de São Paulo. Ademir, além de professor e di-

¹⁵ Em entrevista ao autor.

retor da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, presta assessoria na mesma Secretaria.

Trofimena, também da antiga coordenação da equipe de trabalho social do INOCOOP-SP, seguiu caminho diferente. Hoje ela atua profissionalmente como advogada. Seu depoimento é o mais polêmico. Ela considerou a experiência negativa e afirmou que a sua participação no trabalho então desenvolvido pouco contribuiu para sua vida profissional. Não obstante, ela concorda com os outros entrevistados que, tendo em vista os objetivos da equipe naquele período, os resultados foram satisfatórios. Seu depoimento é muito significativo. Ao relatar sua entrada no INOCOOP-SP como socióloga, ela lembrou a importância desta área de conhecimento no projeto:

"Naquele momento fui contratada porque a Bia (Abramides) sentia que a equipe era muito limitada teoricamente, principalmente os profissionais de serviço social. A Bia tentou suprir esta carência contratando um sociólogo, uma pessoa habilitada nesse sentido, sobretudo do ponto de

*vista teórico. Entrei na equipe para dividir a coordenação. Corresponhia às expectativas da linha de trabalho. Independentemente do INOCOOP também tinha um engajamento político. A escolha do meu nome também passou por aí. Eu era militante, era de um partido diferente do da Bia, mas mesmo assim tínhamos pontos em comum. Dá para perceber que além do teórico, o político foi levado em conta. Nosso trabalho começou no sentido de se fazer a leitura crítica da realidade social. Passamos a selecionar textos com esse caráter. Nossa literatura passava por Marx, Gramsci, Poulantzas, Maquiavel etc. Internamente no INOCOOP, tivemos muita resistência.*¹⁶

Ao analisar a experiência metodológica. Trofimena segue uma direção completamente diferente daquela tomada pelos outros coordenadores entrevistados. Hoje, exercendo a profissão de advogada, ela declara ter perdido a crença nas mudanças da sociedade e diz mesmo que, para ela, a experiência não teve significado positivo. Sua avaliação não diz respeito apenas ao trabalho no

¹⁶ Em entrevista ao autor.

INOCOOP, mas também à sua militância política. Trofímena afirmou que por muito tempo viveu angustiada por ter acreditado em revoluções e que felizmente superou esta angústia. É importante registrar algumas passagens de seu depoimento:

"Hoje tenho uma leitura diferente sobre a sociedade. Não vejo mais a sociedade como a gente via, revolucionária etc. A gente esqueceu o que é esse negócio de capitalismo. A gente vivia na Idade Média. Carregava dentro de si a concepção do choque do bem com o mal. Aquela coisa bem cristã. Achávamos que íamos mudar o mundo para o bem, porém não percebíamos que as pessoas culturalmente estão em outra. Cada um pensa em si. Não existe o espírito do coletivo. No que diz respeito à nossa experiência no INOCOOP, acho que nossos objetivos foram cumpridos. Afinal não era isto que queríamos, ser reconhecidos como revolucionários? Pois então, nosso objetivo era fazer a cabeça das pessoas. Para nossa percepção na época, tinha um pessoal muito reacionário. Não só cooperativados, como pessoas que trabalhavam na equipe. Tínhamos que fazer a cabeça das pessoas. A reação a nosso trabalho foi o coroamento de nossa experiência. Então atingimos nossos objetivos.

*Atingimos de tal maneira que a gente sabe que as pessoas estavam abrindo mão de seus direitos trabalhistas em nome daquilo que acreditavam. Acho impossível imaginar isso hoje em qualquer nível da sociedade brasileira. Fomos coroados com uma prática política que deu certo. O momento político, lógico, era outro. Estávamos no Brasil de 79.*¹⁷

Em sua reflexão, Trofimena considerou que toda a prática política da equipe naquele momento serviu muito mais para satisfazer nossos egos do que contribuir realmente para a promoção de grandes mudanças:

"No momento em que as pessoas achavam que a coisa ia mudar, achavam antes de mais nada, todas elas e a gente também, que esta mudança ia ser feita pela gente (...). As pessoas que participaram, todas elas estavam acreditando não que iam mudar aquele pequeno micro-cosmo do qual faziam parte. A idéia é que elas iam mudar a sociedade brasileira. Por isso então essa força da participação,

¹⁷ Em entrevista ao autor.

*esta força de atuação. São coisas que hoje não se tem mais. As pessoas estão conscientes que elas não mudam nada. E aí está a grande derrota. Essa tristeza brasileira, essa infelicidade nacional. Você não acredita mais que você é o motor da história. Isto é, não muda pela sua prática. Está aí a situação de derrota e angústia. Mas quanto ao objetivo de nosso trabalho, isso foi conquistado e a felicidade que nós tivemos de sermos demitidos num momento que, politicamente, isso era possível de ser imaginado. Nesse sentido, acho que foi muito positivo.*¹⁸

A análise feita por Trofimena em seu depoimento coincide com a trajetória de muitas pessoas que militavam nas décadas de 60 e 70. Os caminhos de continuidade da militância foram bastante diversos. No caso de Trofimena, a saída encontrada foi o abandono da crença nas soluções apontadas pelos grupos de esquerda. Tendo ficado decepcionada com os resultados da militância mudou até mesmo sua concepção do ser humano. Ela considera que o

¹⁸ Em entrevista ao autor.

capitalismo acabou criando valores hoje totalmente enraizados e que orientam a conduta humana. Citou a crise do leste europeu, isto é, o fim do sonho socialista, e o comportamento das pessoas no dia a dia. Neste sentido, sua opção foi buscar um caminho de acordo com este novo posicionamento. Desvinculou-se totalmente de qualquer organização política ou mesmo de qualquer proposta de trabalho com saídas coletivas. No entanto, apesar de amargurar-se por ter acreditado em projetos por ela considerados ultrapassados, considera a necessidade de que existam pessoas que dêem continuidade àquele tipo de atuação.

A lógica do posicionamento atual de Trofímena é oposta às conclusões de Abramides e Ademir. Estes últimos consideraram toda a experiência vivida como uma contribuição para o seu amadurecimento. Em nenhum momento condenaram o sentido de suas atuações no contexto das políticas habitacionais durante o regime militar. Para eles, a essência destas políticas continua existindo até hoje. Já a prática social porém é outra. Segundo eles, atualmente não se procura mais vincular a prática social a mudanças

radicais da sociedade, apesar de continuarem acreditando no sonho socialista. Na verdade, o que ocorreu foi uma mudança de enfoque. O Estado agora não é mais visto exclusivamente como aparelho ou instrumento exclusivo das classes dominantes. Optam pela concepção gramsciana do Estado. Abramides e Ademir entendem o Estado como um universo de relações, e não como aparelho. Teríamos, portanto, que buscar a todo momento impor a hegemonia dos setores populares. E assim, caberia aos intelectuais o compromisso com os interesses dos movimentos sociais.

Portanto, as entrevistas revelaram duas tendências diferentes. Abramides e Ademir confirmaram a crença na organização dos setores populares mesmo percebendo que os caminhos seguidos por este tipo de organização estão distantes de seus sonhos da década de 70. Entretanto, eles consideram que a luta por direitos sociais leva inevitavelmente a um redimensionamento da sociedade. Neste sentido, vislumbram ainda a possibilidade do socialismo.

Trofimena, por outro lado, considerou sua experiência de maneira negativa. O saldo dessa experiência foi para ela uma

grande decepção e, em contrapartida, uma grande amargura. Na sua perspectiva, as "pseudo" cooperativas serviram apenas como espaço para aqueles que tinham interesse de ascensão individual. Sua conclusão não toma como referência somente sua vivência no INOCOOP-SP. De uma forma geral, ela considera que as pessoas, para desilusão dos pregadores do socialismo, agem de acordo com a lógica do capital. Ela parte do princípio de que o que existe realmente está calcado neste universo. Culturalmente, os indivíduos guiam-se por este referencial. Trofimena assinalou como exemplo aquelas pessoas que se aproveitaram do espaço cooperativo para o ingresso na vida política como candidatos a vereador, ou mesmo para tirar proveito pessoal financeiro ao assumirem cargos diretivos.

De fato, muitos oportunistas, ao conscientizarem-se da dinâmica cooperativista, tiravam dela proveito pessoal. No entanto, independente dos objetivos políticos maiores de muitos integrantes da equipe social, o trabalho metodológico trouxe resultados positivos. Com o tempo, grande parte dos cooperativados pas-

sou a ter uma percepção crítica do modelo habitacional imposto pelo BNH. A partir de muitas cooperativas foram organizados movimentos independentes de luta por melhores condições de habitação e de vida. Esses movimentos indicaram, de certa forma, os rumos dos movimentos sociais da década de 70. Se nem todos almejavam o socialismo, através de suas organizações buscavam porém conquistar direitos sociais e a constituição da cidadania. Neste sentido, julgamos que a experiência metodológica, com todos os seus equívocos marcados pelo contexto político da década de 70, ainda contribui com o debate das ciências sociais que neste momento de crise teórica têm se esforçado para a reelaboração do universo social e cultural.

4. PROCESSO DE DEMISSÃO DA EQUIPE

A demissão dos 40 técnicos sociais do INOCOOP-SP, entre eles assistentes sociais, sociólogos, estagiários e auxiliares administrativos, ocorreu a 31 de outubro de 1979. Depois de todo

um processo de tentativa de readmissão, sem resultados positivos, outros oito profissionais se demitiram em solidariedade aos seus colegas.

A superintendência do INOCOOOP-SP justificou as demissões alegando falta de verbas para a manutenção da equipe. O motivo apresentado não convenceu os demissionários. Era certa a liberação de recursos pelo BNH, que naquele momento intencionava assinar novos convênios havendo até mesmo a possibilidade de ampliação da equipe.

O verdadeiro motivo da demissão foi o da não aceitação da metodologia do trabalho social por parte dos dirigentes da instituição. Eles não concordaram com a essência da metodologia de proceder à crítica da abordagem funcionalista e optar pelo método dialético. Com a demissão, o INOCOOP-SP interrompeu um trabalho voltado diretamente para os interesses da população cooperativada.

A demissão desencadou um processo de reação. A equipe demitida iniciou um movimento de denúncia da arbitrariedade e,

conjuntamente com suas associações de classe, exigiu a imediata readmissão dos profissionais. Participaram desta mobilização a totalidade dos técnicos sociais e estagiários, com o apoio da APASSP (Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo), da ASESP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo) e da APASV (Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Vale do Paraíba e Litoral Norte). A população cooperativada também participou promovendo uma mobilização de repúdio às demissões.

A unidade do movimento foi seu eixo determinante. Oito técnicos não demitidos aderiram ao movimento entendendo que, com aquela decisão, a superintendência não se limitava a desfazer o grupo de técnicos, mas sim, e principalmente, acabava com a linha de trabalho que vinha sendo desenvolvida.

A luta pela readmissão durou 49 dias de negociações. Com a intransigência da direção do INOCOOP-SP, os oito técnicos não demitidos decidiram então pela rescisão do contrato com a instituição e apresentaram, como já dissemos, o seu pedido de

demissão.

No decorrer do processo, houve cobertura da imprensa e manifestação de solidariedade por parte de parlamentares, entidades de classe, igreja e instituições de ensino.¹⁹ Já no final do movimento, os demitidos receberam apoios de peso, como o da Comissão de Justiça e Paz, do arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e da Frente Nacional do Trabalho.

Com a permanência da mobilização, o Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS) acabou se envolvendo na luta. Quando o INOCOOP anunciou pela imprensa a abertura de vagas para assistentes sociais e sociólogos, o CRAS entrou com ofício exigindo respeito ao código de ética, impedindo qualquer assistente social de assumir os cargos oferecidos antes de estar devidamente esclarecido o impasse.

A superintendência do INOCOOP-SP se manteve irredutível em todos os encontros de negociação. Seu objetivo era desgastar a

¹⁹ Vide anexos 1, 2, 3 e 4.

equipe para enfraquecer o movimento. Permanecendo as respostas evasivas da superintendência quanto aos reais motivos das demissões, os técnicos demitidos resolveram encaminhar uma interpelação judicial sob orientação do advogado Dr. Mário Carvalho de Jesus.

Foram ainda 50 dias de resistência, prazo dado pela própria equipe à instituição. Naquele momento, o que importava à equipe diante da não readmissão era denunciar tamanha arbitrariedade cometida pelos dirigentes do INOCOOP-SP. Neste sentido, foi redigido um documento assinado por todos os técnicos sociais e estagiários. Este documento foi entregue à imprensa e publicado na Revista de Serviço Social e Sociedade nº 2, ano 1, de março de 1980.

CAPÍTULO IV

A COOPERATIVA HABITACIONAL DE NOVA VENEZA

Este capítulo trata de uma experiência concreta de aplicação da metodologia de trabalho desenvolvida no INOCOOP-SP. Trata-se da organização da Cooperativa de Nova Veneza, no município de Sumaré-SP. Como vimos no primeiro capítulo, os princípios universais que caracterizam uma organização cooperativa são basicamente os seguintes: a cooperativa deve constituir-se como uma sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, organizada em função de interesses comuns de seus associados e ter como fundamento a ajuda mútua ou a reciprocidade entre seus membros.

Historicamente, é este o conceito de cooperativa que

permaneceu entre nós. Todos os autores que se ocuparam do tema ressaltam em seus estudos esses princípios gerais que regem as cooperativas: liberdade, comunidade, participação igualitária e ausência de objetivos de lucro. Desde o surgimento deste tipo de organização, o que se verifica é que, enquanto doutrina, os princípios cooperativos não se constituem em elementos de natureza política, partidária ou ideológica. Os pioneiros de Rochdale⁴ organizaram a primeira cooperativa que se tem notícia com a finalidade de proteger seus associados contra as condições de miséria impostas pela industrialização no século XIX. Não objetivavam com isso utilizar-se da cooperativa para fins político-partidários.

Outra característica ressaltada pelas análises refere-se ao fato de que, em seu desenvolvimento, as cooperativas ganham contornos de acordo com os contextos históricos nos quais aparecem. Não se pode estudá-las desvinculadas de cada um destes contextos. Em muitos casos elas perderam sua autonomia. Isto ocorreu

⁴Vide Capítulo I.

nos momentos em que as cooperativas foram absorvidas pelo Estado e adquiriram finalidades políticas, ou mesmo nos momentos em que foram utilizadas como meio de racionalização da produção de pequenos e médios produtores, constituindo-se, portanto, a partir de finalidades lucrativas.

No entanto, quando se justifica a abertura de uma cooperativa, seja qual for o contexto, sempre se faz alusão aos seus princípios universais. É desta forma que podem surgir cooperativas que ainda preservam o caráter independente originário, mesmo nos dias atuais. Nesta perspectiva, podemos pensar a cooperativa enquanto um elemento que contribui na organização dos movimentos sociais, pois ela continua sendo um espaço possível de organização coletiva. E notadamente no Brasil pós-64, a organização cooperativa, dependendo da forma como se dá sua constituição, apresenta-se como instrumento importante na luta pela conquista de direitos sociais.

Este não é o caso do exemplo que relataremos neste capítulo. O Sistema Financeiro Habitacional utilizou os princípios

universais do cooperativismo e acabou iludindo os setores populacionais envolvidos nos projetos cooperativos. Criou-se um sistema burocrático de controle que visava principalmente legitimar o Estado autoritário e atender os interesses de lucratividade de seus sócios maiores: o capital financeiro e empresas privadas de construção civil.

A experiência metodológica da equipe social do INOCOOP-SP, relatada no capítulo III, revela claramente o verdadeiro sentido do modelo cooperativo criado pelo Sistema Financeiro Habitacional voltado para os interesses do capital monopolista no Brasil pós-64. As cooperativas habitacionais deste sistema não nasceram espontaneamente a partir dos interesses das camadas sociais que almejavam a casa própria. Elas foram organizadas a partir do Estado.

O estudo de caso que faremos neste capítulo expressa o verdadeiro sentido das cooperativas do sistema implantado no regime autoritário. Somados aos interesses do planejamento de Estado, verificam-se também outros elementos marginais que integram e

complementam o quadro da farsa cooperativa. Na maioria dos projetos cooperativos estão envolvidos políticos dos municípios que, na condição de partidários do sistema, utilizam o processo de formação das cooperativas para fins eleitoreiros e grupos de pessoas a serviço de empresas da construção civil.

Para uma melhor compreensão da experiência que se realizou na cooperativa habitacional de Nova Veneza, em Sumaré, devemos ter em mente alguns elementos que caracterizam este município.

Sumaré adquiriu maior importância na década de 70. De acordo com o senso do IBGE, Sumaré estava entre as dez cidades que mais arrecadaram tributos no país. Seu crescimento urbano se deu em função da instalação, no município, de indústria de grande porte, como por exemplo, a 3M, a Corbrasma e a IBM. Nesta década, o setor industrial cresceu 54% ao ano. O setor comercial cresceu 2,3% ao ano e o setor de serviços creceu 25,3% ao ano. Para se ter uma idéia do que significou este crescimento, a taxa geométrica anual ficou em 16%. O incremento migratório, predominante

sobre o crescimento vegetativo, foi de 3,35% ao ano. De 1970 a 1980, a taxa de urbanização passou de 66,2% para 94%. enquanto a taxa geométrica anual foi de 17,4%. Estas informações revelam que o crescimento do município correspondeu a um crescimento de 3 a 4 vezes acima da média normal dos municípios brasileiros.

As razões que levaram à instalação das indústrias nesta região se devem à sua privilegiada localização (proximidade com Campinas) e à rede viária disponível (Rodovia Anahanguera, ferrovias e o Aeroporto de Viracopos). Mas apesar destas condições favoráveis ao crescimento, Sumaré não se preparou para acolher em seus limites todo este complexo industrial. Verificou-se que as condições urbanas de infra-estrutura, saneamento básico, recursos humanos e transporte caracterizavam-se pela sua precariedade. O crescimento desordenado motivou a ação do setor imobiliário que abriu várias frentes de loteamentos sem planejamento ou acompanhamento por parte da Prefeitura local. A inexistência do plano diretor contribuiu muito para o aceleramento da desordem urbana. Portanto, em função do déficit habitacional gerado, ini-

ciou-se, entre outros, o processo de formação de uma cooperativa habitacional em Sumaré.

Não tendo estrutura aos moldes das COHABs, o município recorreu ao INOCOOP-SP para a viabilização do projeto. Nova Veneza, distrito de Sumaré, foi o local escolhido para a construção do conjunto habitacional. Todo o processo de fundação da cooperativa esteve marcado pela presença, no seu interior, de interesses políticos e financeiros. Desde o momento da escolha e compra do terreno, estes interesses apareceram, deixando claro o vínculo destes setores com a política habitacional de modelo cooperativista implantada no Brasil pós-64.

Como técnico social do INOCOOP-SP, fui designado para acompanhar o desenvolvimento da cooperativa de Nova Veneza. Além de minha própria experiência no projeto, contei com dados de pesquisa realizada junto a moradores do conjunto, ex-moradores e antigos diretores para proceder à análise que se segue.

Para a compreensão do trabalho social desenvolvido por mim nesta cooperativa, é necessário apresentá-lo enquanto inte-

grante da experiência coletiva de toda a equipe social com base em seu referencial metodológico. Neste sentido, considero fundamental fazer algumas observações a respeito da vivência cotidiana do conjunto dos técnicos sociais que acabaram por direcionar as intervenções nas cooperativas.

Meu ingresso como sociólogo no INOCOOP-SP se deu no final do ano de 1977, através de concurso público. No início, participei, junto com outros ingressantes, de um treinamento para adaptação à metodologia do trabalho social e de cursos de formação de técnico social. Neste processo inicial, houve ampla participação de todos os segmentos envolvidos. Desde então, pudemos constatar que participávamos de uma equipe de trabalho cuja filosofia de ação se fundamentava em discussões democráticas que possibilitavam um espaço aberto às diversas posições a respeito do encaminhamento dos procedimentos metodológicos. No decorrer do processo de treinamento ficou claro que participávamos de um trabalho sério, que tinha a preocupação de intervir criticamente na concepção da política habitacional brasileira. Até o final do ano

de 1979, quando a equipe foi demitida, o treinamento foi contínuo, enriquecido sempre pela reflexão em torno das experiências acumuladas e pelo estudo de ampla produção científica sobre as questões sociais urbanas.

Como técnico social, participei do grupo de trabalho da região de Campinas. Por ser sociólogo, eu tinha a incumbência de contribuir para a formação dos técnicos e estagiários na área de Ciências Sociais. Nosso trabalho não se resumia ao cumprimento dos afazeres burocráticos e assistencialistas. Tínhamos que compreender, acima de tudo e cientificamente, a realidade social para buscar os melhores caminhos que levassem à efetiva participação dos cooperativados nos projetos habitacionais. A interação entre teoria e prática constituía-se em elemento fundamental para o direcionamento de nossa ação. Neste sentido, a metodologia adotada foi decisiva para a concretização de cada um dos projetos. O contínuo contato dos membros da equipe de todo o estado de São Paulo, através de seminários e encontros, indicava a orientação do trabalho a ser desenvolvido em cada região. Não se fazia

nenhuma distinção entre assistentes sociais e sociólogos. Todos estavam inseridos na mesma busca teórica e envolvidos na mesma prática.

Enquanto técnico social, fui designado pela coordenação regional de Campinas para atuar junto à Cooperativa Habitacional de Nova Veneza, na cidade de Sumaré. O trabalho desenvolvido por mim nesta cooperativa seguia à risca a metodologia da equipe social do INOCOOP-SP.

A Cooperativa Habitacional de Nova Veneza, integrada ao esquema INOCOOP/BNH, parecia, à primeira vista, uma sociedade civil independente, sem fins lucrativos e caracterizada pela organização democrática. No entanto, ela se enquadrou no modelo cooperativo da política habitacional pós-64. O Estado, associado aos setores monopolistas privados, criou, como visto no capítulo II, através do SFH, o sistema cooperativo habitacional atrelado a regras definidas em estatuto que condicionam a formação das cooperativas a determinadas normas.

Nestes termos, criou-se um universo de controle políti-

co sobre as cooperativas. O Estado alimentava uma teia de relações envolvendo interesses políticos regionais e a iniciativa privada. Em geral, os agentes políticos locais, como vereadores, prefeitos e diretores de cooperativas, usufruíam deste sistema para a satisfação de seus interesses de ascensão política e/ou enriquecimento. O Estado, por sua vez, se mantinha enquanto gerente maior, "disciplinador" de todo este sistema de relações que criava uma falsa imagem das cooperativas como entidades independentes dirigidas pelos próprios cooperativados e constituídas, portanto, a partir dos princípios universais do cooperativismo.

Até o final da década de 70, a busca de solução para o problema da moradia das camadas mais baixas da população praticamente ficou dependendo de iniciativas individuais e não coletivas, com raras exceções. Os interessados lançavam mão de recursos próprios para a auto-construção, ou optavam por favelas, ou ficavam à espera da ação do Estado através de programas habitacionais. Os movimentos sociais urbanos e sindicais, tradicionalmente, sempre cobraram do Estado uma política habitacional capaz de superar o

déficit habitacional para atender prioritariamente camadas de baixa renda. Depois de 64, o Estado se utilizou de uma das grandes aspirações populares: a casa própria. Criou e organizou intencionalmente o Sistema Financeiro Habitacional com base na tecnocracia e acabou atendendo, como vimos, os interesses de setores financeiros e privados. A Cooperativa Habitacional de Nova Veneza não foi exceção. Desde sua fundação, enquadrou-se neste sistema. Esta Cooperativa não surgiu da iniciativa de dezenas ou centenas de cidadãos que, carentes de moradia, resolveram reunir-se e fundar uma cooperativa para solucionar esta carência.

Para reconstituir minha experiência junto à Cooperativa habitacional de Nova Veneza, não pude contar com a documentação pertinente a esta cooperativa. O conjunto destes documentos, referentes ao processo de fundação, desenvolvimento e encerramento da cooperativa, está arquivado na sede central do INOCOOP-SP e sua diretoria não liberou o acesso à documentação. O motivo alegado pelos diretores foi o de que a divulgação deste material por um sociólogo que integrou a equipe demitida em 1979 poderia com-

prometer a imagem do INOCOOP paulista. Esta atitude levou-nos a constatar que, infelizmente, a orientação da diretoria desta instituição ainda é a mesma hoje. Desta maneira, documentos importantes, que relatam em detalhes todos os problemas referentes à construção, como atas de assembleias e estudos das comissões de cooperativados, contendo o acompanhamento da obra, os dados relativos à infra-estrutura e aos recursos humanos, não puderam ser analisados.

Em função disto, a reflexão aqui desenvolvida foi possibilitada pelo meu próprio testemunho enquanto técnico social desta cooperativa no período entre 1978 e 1979, por entrevistas realizadas com dois grupos de cooperativados e dois diretores da cooperativa - o Sr. Alvino Albaneze e o Sr. Clóvis Nogueira - respectivamente presidente e tesoureiro da cooperativa naquele período.

O primeiro grupo de cooperativados é um grupo de pessoas que não residem mais e muitos de seus integrantes nem chegaram a residir no conjunto habitacional. O segundo grupo é formado

por pessoas que estão residindo no conjunto desde a sua construção até hoje. No período de constituição da cooperativa (década de 70), os integrantes do primeiro grupo citado faziam parte da oposição sindical dos metalúrgicos de Campinas e Região. Quase todos eles trabalhavam em empresas da região de Sumaré. Quanto ao grupo de residentes do conjunto habitacional, todos eles participam de organizações de moradores e buscam ainda hoje, através de suas lutas, melhorar as condições de moradia e de vida no bairro onde residem.

A Cooperativa Habitacional de Nova Veneza foi constituída em 30 de julho de 1978, de acordo com a lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Esta lei regulamenta a formação de cooperativas.² Participaram de sua fundação 40 sócios que, sob a orientação do INOCOOP-SP, deram início ao processo de negociação do terreno no distrito de Nova Veneza. Vendido ao BNH pelo Sr. Antonio Galo, o terreno adquirido se caracterizava por ser quase

² Processo administrativo nº 121 do INOCOOP-SP, referente à Cooperativa Habitacional de Nova Veneza.

todo ele formado por brejo. Isto significou que, para seu proveito, era preciso fazer a drenagem da área e, além disto, empregar uma técnica de construção adequada.³ O terreno foi dividido em 386 lotes destinados à construção das moradias, de áreas livres para uso coletivo (23 lotes) e áreas destinadas ao comércio (7 lotes).⁴

O terreno localizava-se na área periférica do distrito de Nova Veneza, em espaço vazio entre o distrito e o município de Sumaré. Nesta área não havia nenhuma estrutura urbana, ou seja, não havia saneamento básico, arruamento ou sistema elétrico. Não havia também escola, creche, pronto socorro, distrito policial etc. O único elo de contato entre o distrito e o município era uma estrada de terra.

Meu primeiro contato com a Cooperativa foi através da diretoria. Compunham a diretoria os senhores Alvinho Albaneze (diretor presidente), José Clóvis Nogueira (tesoureiro) e Francisco

³ Processo nº 0207/78 da Prefeitura Municipal de Sumaré.

⁴ PLANEJAMENTO URBANO, Departamento de Obras e Viação, Prefeitura Municipal de Sumaré.

Moli Júnior (diretor administrativo). Alvino Alvaneze era verador pela Arena e acumulava o cargo de presidente da Câmara de Sumaré. Em sua entrevista, Alvino confirmou que possuía imóvel residencial na cidade, não necessitando portanto de moradia. Clóvis Nogueira era e ainda é proprietário do jornal Comunicação, de circulação diária em Sumaré. Ele também era proprietário de uma casa. Somente Francisco Moli Júnior, metalúrgico, não possuía imóvel algum.

Os encontros mantidos com esta diretoria não foram satisfatórios. Seu diretor presidente não se interessava pelo trabalho social na Cooperativa. Justificava sua posição alegando que este trabalho já era desenvolvido pela diretoria satisfatoriamente. Tive poucos contatos com este diretor, que estava sempre ocupado com compromissos políticos. Seu relacionamento com o INOCOOP se limitava à resolução de questões de ordem administrativa.

A relação com o diretor financeiro, embora mais amigável, no entanto pouco acrescentou ao trabalho. Era perceptível

que estes diretores não tinham o menor conhecimento dos fundamentos do trabalho social. O que demonstravam saber a este respeito era da "fama" da equipe social. Na verdade, eles temiam a intervenção do trabalho social no processo da cooperativa e tinham plena consciência de que existia na cooperativa um técnico social para acompanhar o andamento do projeto.

Os poucos contatos mantidos com a diretoria revelaram fatos importantes sobre o funcionamento da cooperativa. Todas as questões referentes à efetivação do projeto eram decididas em assembleias nas quais só participavam pessoas ligadas à diretoria. Constatou-se posteriormente que a maioria dos cooperativados mal ficavam sabendo da realização das assembleias. A compra do terreno, o tamanho dos lotes, a área de construção, a contratação da construtora e os demais serviços necessários à concretização do projeto foram deliberações destas assembleias minoritárias.

Os diretores tinham objetivos políticos claros enquanto dirigentes da cooperativa. Eles se relacionavam com os cooperati-

vados de forma clientelística. Procuravam tirar proveito da função que exerciam como intermediários entre a Caixa Econômica, o INOCOOP, o BNH e os postulantes à casa própria. Por sua vez, os cooperativados não tinham um conhecimento do real sentido de uma cooperativa. Acreditavam que os diretores estavam facilitando o acesso à moradia. Neste sentido, os componentes da diretoria podiam obter dividendos políticos junto aos cooperativados.

Ciente desta realidade, mesmo sabendo da oposição da diretoria, iniciamos um trabalho no sentido de convencer os cooperativados da necessidade da participação coletiva no projeto. Quando se deu início ao trabalho social, a construção do conjunto já estava totalmente encaminhada. O terreno já adquirido, o processo construtivo em fase de drenagem e terraplenagem. Tudo já estava resolvido: aprovação do BNH, designação do agente financeiro (Caixa Econômica Estadual) e contratação da construtora (Anacon). Não tínhamos nenhuma informação a respeito de como se deu o processo de licitação. De acordo com o estatuto do BNH, cabia à cooperativa a contratação da construtora que, pelas nor-

mas, exigia como requisito a idoneidade da firma.⁵

Dadas estas condições, o trabalho social, tendo como referência os objetivos da metodologia desenvolvida no INOCOOP-SP, passou a utilizar outra estratégia. Os técnicos sociais tinham o direito de convocar os cooperativados através de cartas. Este procedimento foi então utilizado. Objetivava-se com isto prestar esclarecimentos aos cooperativados sobre o andamento da obra e informá-los sobre seus direitos.

Este caminho nos colocou frente a outros entraves. A burocracia do INOCOOP tratou de protelar ainda mais a ação do trabalho social. Nosso acesso à listagem dos cooperativados e outros documentos pertinentes ao projeto era muito difícil. Os departamentos administrativo e técnico do INOCOOP-SP não compreendiam a amplitude do trabalho social, ou o que era mais evidente, enquadravam-se na estrutura burocrática que exercia o poder a partir da posse de determinados documentos e informações.

⁵cf. ESTATUTOS SOCIAIS, Cooperativa Habitacional, Capítulo II, Parágrafo I, artigo 6. (Ver anexo 4)

Neste sentido, jamais um administrador ou engenheiro entenderia a necessidade de passar estas informações para a área social. Percebia-se que os entraves não eram só externos, mas também internos. Justificava-se sempre que o quadro ainda não estava completo, ou que a Caixa Econômica não havia encerrado a lista dos inscritos no programa. Somente após quatro meses de tentativas tivemos acesso à listagem da totalidade dos cooperativados. Este é um exemplo das dificuldades que tínhamos no nosso trabalho.

De posse da listagem iniciamos um processo paralelo ao trabalho da diretoria da cooperativa. Passamos a convocar os cooperativados em grupos de 50. Nosso objetivo era seguir um roteiro metodológico para engajá-los no processo cooperativo. Neste sentido, foram traçados alguns caminhos para efetivação de nosso trabalho. Em primeiro lugar, deveríamos esclarecer a todos os inscritos no programa sobre sua condição de cooperativado. Em seguida, informariamos os cooperativados sobre a dinâmica de funcionamento da Cooperativa apresentando-lhes e discutindo com eles o Manual do Cooperativado. Depois eles seriam informados sobre

seus direitos, como cooperativados, garantidos pelo Estatuto e sobre o processo de construção do conjunto habitacional. Finalmente, deveríamos formar comissões de cooperativados, a serem deliberadas em Assembléia, para o acompanhamento das obras e estudo sobre as reais condições de infra-estrutura do município de Sumaré para receber 415 famílias.

Com este procedimento, objetivava-se fundamentalmente envolver as famílias inscritas no programa em trabalhos coletivos para tornar o processo realmente cooperativo. A expectativa que tínhamos era de que os cooperativados imediatamente se conscientizassem dos princípios do cooperativismo, o que seria um passo necessário para a aquisição de um senso crítico da realidade como um todo e o aprofundamento do verdadeiro sentido da cooperativa.

Na verdade, esta experiência não se diferenciava das experiências realizadas pela equipe social em outras cooperativas e em outras regiões, quando a expectativa inicial dos cooperativados, não era o cooperativismo mas sim a aquisição da casa própria. Na maioria dos casos procuraram o programa cooperativo por

ser este um entre outros oferecidos pelo Sistema Financeiro Habitacional. Desta forma, a iniciativa de cada postulante à casa própria para a fundação de uma cooperativa é convencionalmente individual e não coletiva. No caso de Nova Veneza, a ação coletiva só se verificou entre os fundadores da cooperativa. Tendo em vista interesses políticos, a Prefeitura designou os diretores (que também tinham interesses da mesma ordem) para a organização da cooperativa. Este era portanto o grande problema a ser enfrentado: os inscritos no programa, além de não terem a menor idéia do sentido de cooperativa, não se conheciam e residiam em bairros diferentes. Eles optaram pelo projeto do INOCOOP por se diferenciar daqueles oferecidos pela COHAB. Eles acreditavam que as unidades residenciais do projeto INOCOOP apresentariam melhor qualidade.⁶

As reuniões com os grupos de 50 cooperativados por vez, realizadas na sede do INOCOOP em Campinas, foram apresentando

⁶ Processo Administrativo nº 121 referente à Cooperativa Habitacional de Nova Veneza

dificuldades. Demorou um bom tempo para que os cooperativados entendessem que participavam de um processo cooperativo e, a partir deste entendimento, tomassem a iniciativa da ação coletiva. Nas reuniões, as pessoas procuravam individualmente informações de ordem técnica. Perguntavam sobre a área do imóvel, área dos cômodos, acabamento, condições de infra-estrutura e recursos humanos necessários. A percepção que tinham do técnico social, no caso um sociólogo, é que sua função era passar as informações e resolver os problemas. No início, a relação entre o técnico social e os cooperativados foi delicada. As primeiras manifestações eram de desconfiança. O técnico social era tido como um corretor, e o mais grave, um corretor que estava vendendo um péssimo produto.

Só depois de algum tempo, um pequeno grupo, entre as 415 famílias que compunham a cooperativa, percebeu a intenção da equipe social do INOCOOP-SP. Foi exatamente um número reduzido de 20 mutuários que tomou a dianteira e passou a trabalhar no sentido da efetivação do processo cooperativo, tentando inverter a

situação inicial e transformar a cooperativa em função dos interesses da comunidade. Para isto, teriam que atuar nas assembleias, participar de comissões e pressionar o INOCOOP para solucionar problemas pertinentes ao projeto. Uma das características deste grupo é que a maioria de seus integrantes deste grupo atuava na oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas que tinha como presidente o Sr. Cid Ferreira.⁷ Portanto, eles tinham compreensão da necessidade da ação coletiva. A maioria dos cooperativados que participava das assembleias, aos poucos foram sentindo a necessidade da ação coletiva em função dos graves problemas que iam surgindo. No entanto, era grande a dificuldade de nosso trabalho. Os participantes da cooperativa não poderiam sentir na prática os problemas então previstos, pois o conjunto habitacional estava ainda na fase da construção. Isto só viria a acontecer no momento em que foram residir no conjunto habitacional.

⁷Oito integrantes deste grupo nos prestaram seu depoimento. Estes depoimentos serão analisados mais adiante.

Mesmo com todos os entraves e com muita pressão, a diretoria da cooperativa foi obrigada a abrir o processo para a participação dos cooperativados. Só neste momento, quando as unidades residenciais já estavam em fase de construção, na preparação dos alicerces, os cooperativados tiveram conhecimento dos dados técnicos da construção. Ficaram então cientes de que a área do terreno destinada à construção de 250 unidades, tal como foram informados no momento da inscrição, na realidade estava projetada para abrigar 415 unidades, diminuindo sensivelmente o tamanho das residências. Segundo informações dos próprios inscritos, dos 60m² de construção previstos passou-se para 35m². Neste momento, foram também informados sobre a precariedade do terreno, com quase metade da área formada por brejo, o que poderia comprometer a estrutura das unidades residenciais ali construídas. Foram estes os principais problemas com os quais os cooperativados passaram a se preocupar.

A partir destas questões, iniciamos então um trabalho de intervenção no processo cooperativo objetivando três metas

prioritárias: mobilizar o maior número possível de cooperativados, exigir posicionamento da diretoria da cooperativa diante dos problemas apresentados e agilizar outros departamentos do INOCOOP-SP, principalmente o departamento de engenharia, para que apresentassem respostas às questões técnicas mais importantes.

As dificuldades foram muitas. A mobilização tornava-se cada vez mais complicada, pois muitos cooperativados, inconformados, abandonaram o projeto. A diretoria passou a dificultar o encaminhamento das iniciativas do trabalho social. Os setores técnicos do INOCOOP-SP se restringiam a dar explicações meramente burocráticas. Os entraves eram tantos que era preciso esperar meses para a liberação da obra à visita da comissão de acompanhamento de obras. Mesmo com toda esta falta de sintonia, os grupos organizados pela equipe social aos poucos ganhavam projeção. As assembleias, no entanto, eram pouco esclarecedoras e os problemas continuavam. Mas o trabalho social passava a ser visto pelos cooperativados de forma diferenciada em relação a outros departamentos do INOCOOP. Os cooperativados passaram a compreen-

der que somente com sua efetiva participação poderiam dar outro rumo ao projeto habitacional. Demonstravam querer realmente ativar o sentido do cooperativismo.

Esta experiência não se restringia à Cooperativa Habitacional de Nova Veneza. Todos os projetos acompanhados por profissionais que seguiam a nova metodologia do trabalho social no Estado de São Paulo começavam a apresentar resultados. Os casos mais sérios foram acompanhados de perto pela imprensa, como por exemplo a experiência de Santos.⁶

Em suas avaliações, a equipe social começou a perceber que os cooperativados envolvidos nestas experiências estavam também integrados ao movimento social. Sentiu-se que a busca da cidadania era algo que também poderia ser atingido. Foi neste momento de riqueza da experiência que a equipe social foi demitida pela superintendência do INOCOOP-SP. No caso da Cooperativa de Nova Veneza, o trabalho foi interrompido no momento em que as

⁶ Ver anexo 2.

construções estavam na fase de levantamento de paredes e os cooperativados mais participativos integravam as três comissões: comissão de acompanhamento de obras, comissão de estudo de infraestrutura e recursos humanos e comissão de finanças.

As comissões se articulavam para intervir nas assembleias e exigir eficiência do INOCOOP-SP no cumprimento de seu papel. Trilhavam o caminho da participação, da efetivação da verdadeira cooperativa mas, é claro, tudo isto nos limites das contradições inerentes à própria estrutura do Sistema Financeiro Habitacional e das diferenças ideológicas dos indivíduos em cada grupo. Não se pode negar que existiam pessoas que queriam tirar proveito político e/ou financeiro da situação. O que prevalecia, no entanto, era mesmo o interesse cooperativo.

O Sr. Alvino Albaneze, diretor presidente da cooperativa, declarou em entrevista que ele havia sido designado para a presidência da cooperativa pela Prefeitura de Sumaré. Revelou-nos ainda que, na ocasião de sua entrada, o projeto já estava em andamento. Neste sentido, segundo ele, a decisão de se construir

415 unidades na mesma área onde seriam construídas 250 unidades não era responsabilidade de sua diretoria:

*"Tornei-me presidente por acaso. Foi de responsabilidade do antigo presidente que pediu demissão, a alteração do projeto. Existia algumas irregularidades na gestão da antiga diretoria. Quando assumi, as casas já estavam sendo cobertas. Neste momento, apurei que, inicialmente, estava previsto a construção de 250 unidades. Construíram 415 no espaço para 250. As casas tornaram-se pequenas. Esta fato provocou muitos aborrecimentos por parte dos mutuários."*⁹

Em seu depoimento, Albaneze não forneceu maiores informações acerca da antiga diretoria por ele mencionada. Em nenhum dos documentos consultados encontramos qualquer indicação da existência desta diretoria anterior à sua. Quando trabalhei junto a esta cooperativa (entre 1978 e 1979), tive contato apenas com a gestão de Albaneze. Em 1978, o projeto já estava na fase de

⁹ Entrevista concedida pelo Sr. Alvino Albaneze, presidente da cooperativa, no dia 20 de março de 1992.

terraplenagem e não tive nenhuma informação a respeito da existência de outra diretoria.

Em sua avaliação, Albaneze diz que o fato de ter sido presidente da cooperativa lhe trouxe mais problemas do que dividendos:

"Na realidade, fui sistematicamente pressionado pelos cooperativados. Não havia muito o que fazer. Na ocasião fiz muitas reclamações ao INOCOOP-SP. Não havia recursos humanos, serviço social. Fazíamos reuniões constantes para que os mutuários pudessem ser atendidos. Com respeito à questão do solo, que antes era brejo, todas as soluções técnicas do INOCOOP eram paliativas."¹⁰

As informações dadas pelo diretor financeiro da cooperativa, Sr. José Clóvis Nogueira, não entram em choque com estas de Albaneze. No geral, o diretor financeiro criticou muito a estrutura do Sistema Financeiro Habitacional e o INOCOOP:

¹⁰ Idem.

"A contabilidade vinha toda de São Paulo. Nossa função era assinar os balancetes. Na prática, quem tocava a cooperativa era o setor administrativo do INOCOOP-SP."¹¹

Sobre esta mesma questão, Albaneze diz que:

"Os diretores tinham que assinar documentos da construtora, do INOCOOP. Estes documentos, mesmo as faturas, já vinham prontos. Nosso papel era só assinar. No fundo, acho que havia uma roubalheira escandalosa. No processo construtivo os materiais de primeira linha eram trocados pelos de segunda linha. Acho que se fosse feito orçamento de cada unidade, não se gastaria 1/3 dos recursos utilizados."¹²

Tanto Albaneze como Nogueira fizeram uma avaliação negativa do projeto. Albaneze diz que o conjunto foi entregue em 1981 ainda no barro:

"Somente após quatro anos que houve a colocação

¹¹ Entrevista concedida pelo Sr. Clóvis Nogueira, diretor financeiro da cooperativa, no dia 17 de abril de 1992.

¹² Entrevista do Sr. Alvino Albaneze, op. cit.

*de paralelepípedos. O projeto foi tão judiado que não se previu nem as condições mínimas de recursos humanos, escola por exemplo. No fundo, o que restou é que 50% das unidades foram comercializadas pelos primeiros mutuários. Acabei entrando numa "fria" ao aceitar a presidência daquela cooperativa.*¹³

Quanto ao sentido do cooperativismo e sua filosofia, os dois diretores entrevistados pouco revelaram conhecer. Para eles, o importante é que o INOCOOP se constituía como um meio para a construção de casas populares em Sumaré. Nunca chegaram a questionar a estrutura do Sistema Financeiro Habitacional. Aceitaram suas indicações para a diretoria em função dos interesses da cidade. Eles mesmos não almejavam naquele momento a aquisição da casa própria.

Os dois grupos de cooperativados entrevistados avaliaram de forma coincidente suas experiências no projeto. Eles afirmaram que nunca objetivaram a fundação de uma cooperativa habita-

¹³ Entrevista de Alvino Abaneze, op. cit.

cional. Tiveram contato com o programa através da imprensa. Todos os indivíduos, separadamente, procuraram o INOCOOP com a finalidade de adquirir uma casa própria. Não procuraram a instituição por ser ela um instituto de orientação às cooperativas, mas sim por ser um dos programas disponíveis que oferecia oportunidades para a aquisição de um imóvel diferente dos modelos de casas populares das COHABs. O primeiro grupo entrevistado participou ativamente da experiência do trabalho social desde as primeiras reuniões. O relato do primeiro entrevistado indica as impressões que ele teve ao ser convocado pela equipe social:

"A primeira impressão que tínhamos era que estávamos sendo enganados. Apresentaram em uma reunião a planta da casa que estávamos comprando. As informações não batiam com as apresentadas no momento da inscrição. A reação dos mutuários foi de revolta. Ocorreu muitas desistências até a entrega das chaves. No meu caso, nem cheguei a morar no conjunto. Aluguei o imóvel por dois anos. Depois vendi."¹⁴

¹⁴Entrevista do Sr. Herminio Saldini (cooperativado) concedida em

Os outros cooperativados entrevistados tiveram a mesma impressão descrita acima. Hoje nenhuma destas pessoas reside mais no conjunto.

O segundo cooperativado entrevistado chegou a residir por 4 anos no conjunto. Ele disse que sua experiência não havia sido das melhores:

*"As casas eram muito pequenas, constantemente faltava água, as ruas de terra. Todos os problemas eram encaminhados diretamente pela cooperativa. Mudei-me em função da precariedade e da distância. Sempre trabalhei em Campinas, optei pela mudança."*¹⁵

O terceiro entrevistado teve o mesmo destino de Laércio. Segundo seu relato, o sentido de organização adquirido no período de aplicação da metodologia do trabalho social contribuiu para a manutenção posterior de um grupo atuante de moradores

16 de julho de 1991.

¹⁵ Entrevista do Sr. Laércio Bolgoni concedida no dia 15 de agosto de 1991.

do conjunto. Mas mesmo assim as dificuldades a ser enfrentadas eram muitas:

*"Não havia continuidade. Não tínhamos mais acesso à documentação e reflexão com ajuda do trabalho social. Muitos moradores acabavam mudando do conjunto. Acredito que hoje 80% dos mutuários iniciantes deixaram o conjunto."*¹⁶

O quinto entrevistado declarou em seu depoimento que o trabalho social junto aos cooperativados, após a demissão dos técnicos, só passou a cumprir funções burocráticas, como realizar o sorteio das chaves:

*"Ninguém mais se preocupava com as reais condições do conjunto. Não tínhamos escolas, creches e o sistema de transporte era precário. Só restou mesmo a mudança."*¹⁷

Todos os entrevistados deste grupo tiveram a mesma im-

¹⁶ Entrevista do Sr. Valdir Lucas (cooperativado) concedida no dia 20 de setembro de 1991.

¹⁷ Entrevista da Sra. L.H. Silveira concedida no dia 25 de setembro de 1991.

pressão da experiência cooperativa. Eles só perceberam o sentido do cooperativismo no contato com o trabalho social. A partir daí, eles tentaram encaminhar as questões de forma que a cooperativa pudesse funcionar de fato. No entanto, a demissão da equipe social acabou interrompendo este processo.

O grupo dos que residiam no conjunto habitacional foram entrevistados coletivamente em reuniões realizadas no próprio conjunto no mês de setembro de 1992. Nos três primeiros encontros mantidos com os moradores para uma reflexão sobre a experiência da cooperativa, percebeu-se uma distinção em relação ao primeiro grupo. Todos eles, apesar de estarem participando do projeto desde o início, lembram apenas vagamente da experiência do trabalho social.

Segundo seus relatos, na fase em que o conjunto ainda estava em construção e no período em que reuniões ocorriam, eles não entendiam o sentido da participação, pois a única ansiedade que tinham naquele momento era receber as casas onde iriam morar. Somente depois que mudaram para o conjunto, começaram a se

reunir para discutirem os problemas cotidianos.

Nos contatos com este grupo, algumas questões ficaram claras. Em primeiro lugar, pudemos perceber que somente a partir das reflexões ali desenvolvidas eles tomaram consciência de que estiveram integrados num sistema cooperativo. Até então, eles não tinham a menor idéia do significado do cooperativismo. Sendo assim, não tiveram ciência de seus direitos, nem mesmo os direitos garantidos institucionalmente. A participação coletiva desses moradores se iniciou através da Igreja local (Católica) que ali desenvolve o trabalho de comunidade de base. Isto os estimulou a se interessarem pelo que havia restado da experiência cooperativa e pelo que poderia ser feito ainda neste sentido, considerando o fato de que muitas áreas livres do conjunto de uso coletivo estavam sendo utilizadas para comércio privado. Assim, esta questão, e ainda outras, tornaram-se objeto de reflexão da comunidade e do movimento social local.

Concluindo, podemos afirmar que o trabalho social do INOCOOP-SP foi absorvido apenas pelos cooperativados do primeiro

grupo, os que atuaram no período de nossa experiência metodológica. Estes compreenderam a metodologia e o sentido político da atuação da equipe. O segundo grupo, que reside no conjunto só acabou por compreender todo o processo no momento em que foram procurados para contribuir com este trabalho de tese. Quanto à diretoria, ela em momento algum teve interesse pela metodologia do INOCOOP. De acordo com o depoimento do presidente da cooperativa, o Sr. Alvino Albaneze, o INOCOOP, como um todo, era visto com indiferença pela diretoria. Na verdade, naquele momento, a diretoria teve todas as oportunidades para entender a lógica do trabalho social. Na realidade, temiam este trabalho por ser revelador dos verdadeiros interesses políticos e financeiros que envolviam o projeto habitacional.

CONCLUSÃO

A experiência metodológica da equipe social do INOCOOP-SP, realizada entre 1975 e 1979, contribuiu para o resgate dos princípios do cooperativismo junto aos programas de cooperativas habitacionais do BNH. A nova metodologia denunciou o Estado autoritário e sua utilização das cooperativas como meio de controle político sobre as camadas mais pobres da população e como meio de atendimento dos interesses financeiros de grupos privados. Ao mesmo tempo, esta metodologia atualizou a proposta da organização cooperativa na busca de soluções para os problemas básicos da população de baixa renda - como a falta de moradia - e redimensionou a possibilidade do cooperativismo enquanto alternativa

para o próprio movimento social.

Os caminhos traçados pelos movimentos sociais urbanos, hoje interagindo com outro modelo de Estado - o Estado democrático - não descartam a invenção cooperativa como meio de luta da população. No caso específico da moradia, muitas experiências, que nascem da iniciativa das próprias comunidades, levam em conta a necessidade da ação coletiva para a viabilização de projetos habitacionais.

O processo de redemocratização política do país, mesmo não tendo ainda atingido a democracia econômica, possibilitou a emergência de uma nova conjuntura que tem como um de seus referenciais mais importantes os movimentos sociais. Estes movimentos emergiram de lutas cotidianas da população por melhores condições de vida e, neste sentido, estiveram presentes no sindicalismo, nos bairros, na luta pela terra no campo etc. Os grupos então organizados buscam, através de suas lutas, resolver seus problemas mais urgentes e, além disso, dar um novo sentido à relação da sociedade com os poderes públicos. A pressão exercida pelos movi-

mentos sociais sobre estes poderes faz com que eles sejam forçados a cumprir seus verdadeiros papéis, ou seja, faz com que eles realmente se constituam como espaços de ação dos diferentes segmentos da sociedade, inclusive os que, ao longo da história do Brasil, estiveram sempre marginalizados, como os trabalhadores. Nesta perspectiva, como entendemos o Estado enquanto um universo de relações que inclui a sociedade civil, e não como uma instância de poder que pura e simplesmente atende às demandas de uma parte desta sociedade, podemos vislumbrar a possibilidade do Estado levar adiante o projeto da democracia em nossa sociedade. Neste sentido, os movimentos sociais não estariam só fazendo reivindicações, mas também se constituindo como força de decisão junto ao Estado. Se não tivermos esta compreensão do Estado, estaríamos limitados à idéia de que a sociedade apenas delega aos poderes públicos o poder de decisão, esperando que as soluções dos problemas venham da boa vontade dos governantes ou do planejamento burocrático.

Portanto, não cabem aqui considerações a respeito da

impossibilidade de solucionar as questões sociais em função das contradições do capitalismo. Acredito que os movimentos sociais, as ações políticas comprometidas com a democracia social haverão de indicar os caminhos da justiça social e do rompimento da exploração. As Ciências Sociais terão que buscar o sentido cultural deste referencial histórico, terão que entender as mudanças indicadas pelo movimento da sociedade e, a partir daí, redefinir seus paradigmas. Não só o movimento operário, mas todos os movimentos sociais podem dar respostas para a questão da transformação das relações na sociedade. Hoje temos um movimento operário que vem redimensionando seus objetivos, como também, movimentos feministas, de ecologistas, de negros, de trabalhadores rurais sem-terra, de grupos urbanos, que têm como bandeira a luta pela cidadania.

No interior destes movimentos encontramos também a estratégia cooperativista, entendida como um meio para solucionar questões relacionadas à melhoria das condições de vida da população. Neste sentido, a organização cooperativa, como uma constru-

ção coletiva dos setores populares, torna-se um elemento importante da luta atual destes segmentos, adaptando-se às novas condições onde os movimentos sociais necessariamente devem se relacionar com os poderes públicos e mesmo com setores privados.

Portanto, o Estado não pode se caracterizar apenas como agente da reprodução ampliada do capital, como desejam os setores monopolistas. Estes setores, ao participarem da implementação de políticas sociais, acabam definindo condutas que só visam aos interesses de lucro do capital e ao controle social, sem ao menos procurar conhecer as verdadeiras causas das desigualdades sociais.

A metodologia da equipe social do INOCOOP-SP foi desenvolvida para ser aplicada em contextos democráticos. O fato de ter sido aplicada num momento de autoritarismo fez com que ela se limitasse apenas a explicitar as contradições e as fraquezas do sistema vigente, mas não podemos esquecer que a aplicação da metodologia contribuiu para o processo de consolidação das liberdades democráticas em nossa sociedade.

Neste sentido, a metodologia do INOCOOP-SP, ao adotar o enfoque que elege a história como fundamental para a compreensão das reais causas das diferenças sociais, pôde dar um direcionamento para as políticas sociais que as comprometesse com o desvendamento das contradições geradas pela inserção do capital monopolista no Brasil. Desta forma, o trabalho social, como parte destas políticas, estaria engajado na luta por reais transformações da sociedade ao eleger os movimentos sociais como lugar privilegiado dessa luta e os desejos dos indivíduos como fatores determinantes das políticas sociais.

A proposta metodológica, marcada pelos objetivos do trabalho social daquele período, contribuiu para inibir a orientação funcionalista até então dominante nesta área. Se inspirada no funcionalismo, que vê o indivíduo fora da história e a sociedade não como processo, a atuação do trabalho social vai no sentido de legitimar as relações de dominação na sociedade, ajudando assim a amenizar as tensões sociais no nível do assistencialismo do Estado. Portanto, se afastado da perspectiva funciona-

lista, o cooperativismo pode até ser uma iniciativa dos poderes públicos, desde que sejam respeitados todos os níveis de participação e decisão da sociedade civil.

Com relação ao cooperativismo habitacional, existem hoje na região de Campinas várias experiências de caráter não conservador que buscam soluções para o déficit de moradias, pois o governo federal nada tem feito para resolver esta questão, embora o Sistema Financeiro Habitacional continue existindo depois da extinção do BNH. Como consequência disto, os setores populacionais de baixa renda se mantêm marginalizados pela sociedade. E para eles, a casa própria continua sendo um sonho.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMIDES, Beatriz. Repensando o Trabalho Social: a relação entre Estado, Instituição e População, Cortez Editora, 1980.
- ANDERIEGG, E. Dicionário del Trabalho Social, Barcelona, Editorial Nova Tera, 1977.
- ANDRADE, L. A. G. "Política Urbana no Brasil: o paradigma, a organização e a política", in: Novos Estudos Cebrap, nº 18, 1976.
- AZEVEDO, S. e ANDRADE, Luís A. G. Habitação e Poder: da fundação da casa popular ao Banco Nacional de habitação, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.
- BIROU, A. Dicionário das Ciências Sociais, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.
- BOLAFFI, Gabriel. "Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema", in: Cadernos Opinião.

BULGARELLI, Waldomiro. As cooperativas e o Plano Nacional de Habitação, São Paulo, Editora Pioneira, 1966.

BURSZTYN, M. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.

_____. "O modelo brasileiro de desenvolvimento", in: Debate e Crítica, vol. 1, dez./1973.

CORADINI, O. L. e FREDERICQ, A. A agricultura, cooperativas e multinacionais, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.

COVRE, Maria de Lourdes. "Capital monopolista: da cidadania que não temos à invenção democrática", in: Cidadania que não temos, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

_____. A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

ENGELS, F. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. São Paulo, Editora Global, 1983.

FALEIROS, Vicente de Paulo. A política social do Estado Capitalista: as funções da assistência e da previdência social, São Paulo, Cortez Editora, 1980.

FERREIRA, F. P. Dicionário de Bem-Estar Social, São Paulo, Cortez Editora, 1982.

FORTES, J. M. "A cooperativa como instrumento de programa habitacional", in: Anais do III Seminário Interamericano de Cooperativas de Habitação, RS, 11 a 14 de março de 1968.

IANNI, Otávio. "Independência e Modernização: o planejamento em regime autoritário", in: Estado e Planejamento Econômico (1930-1970), Civilização Brasileira, 1979.

LENHARO, Alcir. Sacralização da Política, Campinas, Editora da Unicamp/Papirus, 1986.

MAIA, I. Cooperativa e Prática Democrática, Cortez Editora, 1985.

MARICATO, E. (org.). A produção capitalista da casa e da cidade, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979.

MARX, K. O capital, Livro III, vol. 5, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

MOISÉS, J. A. Cidade e poder, SP, Paz e Terra/CEDEC, 1982.

MOYSÉS, Arlete Rodrigues. A moradia nas cidades brasileiras: Procura do lugar, o encontro da identidade. Universidade de São Paulo. Tese de Mestrado.

- NORONHA, A. V. "Embasamento filosófico", in: Cooperativismo,
Faculdades Integradas de Guarulhos, 1976.
- PARDINNI, M. B. V. e BOUDUKI, Nabil. "Política Habitacional e a luta pelo direito à habitação", in: COVRE, M. L. (org.). A cidadania que não temos, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- PERUZZO, Dilvo. Habitação: controle e espolição, São Paulo, Editora Cortez, 1984.
- PINHO, D. B. "A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista"
- KOWARICK, Lúcio. A espolição urbana, Rio de Janeiro, Editora Paz e Tera, 1980.
- SILVA, Ademir A. O Estado e o Impacto Social das Cooperativas Habitacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tese de Mestrado.
- TOURAINÉ, Alain. "O problema, os objetos, as práticas da Sociologia", in: Cartas a uma jovem Sociologia, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- UTUMI, A. "Cooperativismo: a experiência paulista", in: Revista ADCE-UNICPAC, março/1980.

VALLADARES, L. (org.). Repensando a habitação popular, São Paulo, Zahar, 1983.

VELASCO E CRUZ, S. e MARTINS, C. E. "De Castelo Branco a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura", in: Sociedade e Política no Brasil pós-64, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

VIOLA, Edmundo J. Formas de Estado e Formas de Regime no Capitalismo Periférico, Campinas, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 1978. Tese de Mestrado.

DOCUMENTOS

- Anais do 1º Encontro Estadual de Cooperativas de Habitação, Realizado em Águas de Lindóia, de 27 a 29 de outubro de 1978, promovido pelos INOCOOPs SP e Bandeirantes.

- Manual de treinamento de formação de técnicos de cooperativa, INOCOOP-SP, fev./1979.

- Treinamento de dirigentes de cooperativas habitacionais, INOCOOP-SP, 15 de set./1979.

- Manual das cooperativas habitacionais do INOCOOP-SP, elaborado por Ademir Alves da Silva.

- Manual de procedimentos das operações das cooperativas habitacionais, produzido pelo BNH em maio/1979.

- Processo Administrativo nº 121 do INOCOOP-SP, referente à Cooperativa Habitacional de Nova Veneza.

- Processo nº 0207/78, Prefeitura de Sumaré.

- Estatutos Sociais em Cooperativas do BNH.

DEMISSÃO EM MASSA: FIM DE UM TRABALHO SOCIAL COMPROMETIDO?*

O objetivo da exposição dos fatos ocorridos com a equipe técnica que trabalhou no INOCOOP-SP, dá-se no sentido de tentar fixar e registrar não um exemplo, mas sim uma experiência, um ponto de referência para os profissionais que atuam no mesmo campo de trabalho. É importante frisar que esta é uma experiência específica, com características próprias da instituição INOCOOP-SP. Se por um lado pode encerrar lições que venham servir a outros, por outro, não devemos absolutizar esse princípio, pois cada experiência é original em si mesma.

No dia 31 de outubro de 1979 foram demitidos quarenta elementos (assistentes sociais, sociólogos, estagiários e auxiliares administrativos) da equipe social do INOCOOP-SP. Restaram apenas oito profissionais que, imediatamente se posicionaram solidários aos colegas e dispostos a deixar o cargo, caso os companheiros não fossem readmitidos.

Os INOCOOPS (Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais) foram criados em 1966, e são os órgãos que assessoram as Cooperativas Habitacionais financiadas pelo Banco Nacional da Habitação em todas as operações necessárias para a construção de conjuntos residenciais (escolha e compra do terreno, fiscalização das obras executadas pela construtora contratada, contabilização dos recursos obtidos junto ao BNH, providências burocráticas referentes à seleção e matrícula de associados na Cooperativa, assessoria no terreno social, etc.). Para isto, as Cooperativas pagam, financiadas pelo BNH, uma taxa mensal ao INOCOOP-SP.

As equipes sociais, dos diversos INOCOOPS espalhados por todo o país caberia (segundo normas e orientações do BNH), desenvolver atividades para promoção das Cooperativas Habitacionais enquanto sociedades civis legítimas e representativas e, posteriormente, orientar a formação de

* Ver à página 165, a relação dos que assinam o presente documento.

condomínios e associações de moradores, e que fosse uma experiência democrática real em todos os níveis. Convém lembrar que os recursos para sustentação das atividades da equipe advém do BNH (70%) e do próprio INOCOOP (30%) que, para essa finalidade, celebram entre si um contrato próprio.

No caso das demissões ocorridas no INOCOOP-SP, a causa alegada foi falta de verba, o que não satisfaz a equipe porque os profissionais sabiam da existência de recursos para a manutenção da equipe por mais sete meses, além da declarada intenção do BNH de assinar um novo convênio e, portanto, fornecer maiores recursos. Esta alegação, quanto a problemas de verba, pretendia mascarar o verdadeiro motivo das demissões, ou seja, a metodologia adotada pela equipe. Essa metodologia continha os seguintes elementos norteadores:

— a não aceitação da prática do Serviço Social decorrente da abordagem funcionalista, enquanto atividade profissional que desconsidera o próprio objeto de atuação (população atendida), partindo não dos interesses desta, mas das necessidades do poder instituído.

— A necessidade de reconceitualização do Serviço Social a partir do método dialético e considerando seus limites e espaços enquanto profissão a ser exercida em determinado contexto histórico-social de maneira consciente e comprometida com a transformação da sociedade. Neste sentido, fez-se necessária a compreensão da natureza do capitalismo como totalidade e da realidade da formação social brasileira em particular. Especificamente, para essa equipe, era necessário clareza quanto ao significado do Sistema Financeiro da Habitação, enquanto um móvel da acumulação capitalista no Brasil e quanto ao significado de "Cooperativas" Habitacionais no regime político brasileiro.

— A nível da prática, as diretrizes básicas deste trabalho se traduziu em três questões centrais: conscientização, participação e organização, enquanto momentos necessários para a população exercer sua condição de sujeito histórico real.

— Buscou-se manter a relação teoria-prática. Houve um processo contínuo de reflexão do trabalho social, não só a nível da equipe técnica, mas em conjunto com os interessados reais, no caso, a população cooperativa.

Destes postulados decorreu um tipo de prática profissional consistindo basicamente na orientação da população para o exercício de seus direitos, ou seja, os direitos à informação, reivindicação e organização legítima e representativa.

Foi em função do apresentado acima, isto é, por acreditar num trabalho voltado para os interesses da população cooperativada e por acreditar que a arbitrariedade e a violação dos direitos do trabalhador devem ser

combatidos em todos os níveis em que se apresentam, é que a equipe social de comum acordo com as Associações que a representam: APASSP – Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo; ASESP – Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo; APASV – Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Vale do Paraíba e Litoral Norte – e com a população com a qual trabalhavam, dispôs-se a repudiar e ao mesmo tempo esclarecer a opinião pública, o que representava a demissão da equipe social do INOCOOP-SP. E apesar de todas as características específicas desta situação, iniciou-se mais um movimento que na sua essência vinculava-se aos demais movimentos que lutam pela instituição de uma democracia autêntica.

Foram basicamente três, os eixos deste movimento: Unidade, Organização e Mobilização

UNIDADE

Este eixo foi realmente determinante para o desenvolvimento de toda a luta. Toda a organização e mobilização conseguida deve-se à clareza da equipe em perceber que o único trunfo que possuía era sua unidade. A unidade dos técnicos entre si e a unidade entre grupo técnico e população. A frase de um dos 8 técnicos não demitidos dita quando da primeira reunião geral da equipe logo no início do processo de luta, demonstra a essência e disponibilidade desta união: “É necessária ter claro que o que a superintendência cortou, não foi tão somente o grupo de técnicos, mas sim e principalmente a linha de trabalho que vínhamos desenvolvendo. E se hoje ela mantém 8 de nós, não é com o objetivo de reconstituir o trabalho, mas sim de nos dividir. A nossa metodologia de trabalho foi construída juntos e a luta por sua preservação se dará juntos”. Outra ocasião que exemplifica como esta unidade manteve-se durante todo o processo foi, quando após 49 dias de negociações e o superintendente permanecia irredutível na sua decisão, levou os oito não demitidos se decidirem pela rescisão do contrato. A rescisão implicava em pleitear na Justiça do Trabalho a liberação do FGTS e férias proporcionais. Este processo poderia durar anos e os técnicos dependiam desta verba para sobreviverem. Diante desta situação o grupo dos demitidos dispuseram-se a dividir o FGTS que haviam recebido com os oito demissionários.

Assim, todas as situações que poderiam abalar a unidade do grupo foram amplamente discutidas e entendidas politicamente pelo conjunto da equipe, para a preservação dessa unidade. Acreditamos que somente com o entendimento político da situação “demissões” e seus desdobramentos, é que nos foi possível levantar e optar por estratégias de ação mais combativas.

ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Estes dois outros eixos deram corpo à luta de resistência em dois momentos: o de negociação e o de denúncia. Ambos ocorreram concomitantemente, se por um lado era característico a atitude irredutível da direção do INOCOOP-SP na ocasião da negociação, por outro lado a equipe social estava sempre preparada para divulgar para a opinião pública, através da imprensa escrita ou falada, ou através de circulares para os cooperativados e moradores trabalhados, do encaminhamento adotado, dos resultados obtidos e dos motivos pelos quais conseguira-se o resultado determinado.

Relataremos alguns fatos que exemplificam como a direção do INOCOOP-SP manteve-se irredutível e como a equipe organizou-se neste movimento.

A superintendência consumou as demissões sem a mínima explicação, o que provocou reação por parte dos técnicos, população cooperativada e associações representativas das categorias profissionais envolvidas. Ao mesmo tempo que os técnicos encaminhavam à superintendência um documento solicitando uma reunião, para que fosse explicitado o motivo das demissões, os cooperativados e moradores dos conjuntos com os quais trabalhávamos, encaminhavam abaixo-assinados exigindo a permanência do grupo técnico, uma vez que era um serviço pago e porque estavam concordando com o tipo de trabalho até então prestado pela equipe técnica. – “A gente aprendeu com eles a se unir pela defesa de nossos direitos”. – “Não adianta vir outro assistente social que não tenha essa forma de trabalho, nós não aceitaremos”. São declarações de moradores que participaram das reuniões de negociação e são testemunhas vivas da compreensão da população da necessidade e importância da linha de trabalho aplicada. Por outro lado, a APASSP (Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo), a ASESP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo) e a APASV (Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Vale do Paraíba e Litoral Norte) encaminharam simultaneamente ofícios repudiando a atitude da superintendência e solicitando explicações sobre o fato. Estas Associações foram ainda apoiadas por Sindicatos e Associações de categoria de Serviço Social de todo o país, além de todos os organismos e parlamentares que no estado de São Paulo anseiam e lutam por uma real democracia. Todas essas reações forçaram a superintendência a promover uma primeira reunião (27/11/79), a qual, segundo sua vontade deveria ser restrita ao grupo técnico, mas que na realidade contou não só com a participação da equipe, mas também representantes da população, das Associações e da Imprensa.

Desde essa primeira até a última reunião de negociação (19/12/79), o superintendente manteve-se irredutível na sua proposta de não alterar as demissões e recontratar aqueles que tivessem interesse em retomar, com exceção de uns quatro ou cinco colegas. Essa discriminação não teve outro

objetivo a não ser o de romper a união da equipe e posteriormente substituí-la paulatinamente. Fica claro, portanto, que o objetivo principal da direção do INOCOOP, com tal atitude é de alterar a linha de trabalho até então desenvolvida. Realmente diante desta proposta, que como bem disse nosso advogado "... nem pelego aceita...", apenas nos restou partir para o processo de denúncia propriamente dito.

Deve ficar claro que esse momento não foi estanque, mas permeou todo processo em pauta. Entendemos que denunciar o fato em si (as demissões arbitrárias) implicou em vincular esse fato a uma problemática mais ampla, ou seja, denunciar as condições de atuação do INOCOOP-SP e a situação de precariedade que caracteriza boa parte dos conjuntos habitacionais assessorada por esta instituição.

Inicialmente as denúncias foram feitas através das associações de classe envolvidas, outras associações, sindicatos, Igreja, etc. . . , que participaram da mesa de negociação e transmitiram nos seus diversos setores. Posteriormente a denúncia aberta a público foi feita através da imprensa, que com o conhecimento dos fatos atualizados iam dando cobertura aos passos da luta.

Outro momento de denúncia e ampliação da luta foi o envolvimento do Conselho Regional de Assistentes Sociais no processo. Quanto a este envolvimento cabe lembrar que os técnicos precisavam ter claro as atribuições do CRAS em relação a categoria para a partir daí, solicitar ao órgão sua participação no processo. Neste sentido, os técnicos tiveram clareza em perceber que a denúncia da situação e a participação nos momentos de negociação caberia às Associações e que o CRAS participaria a partir de suas atribuições de fiscalização quanto ao cumprimento dos aspectos legais da profissão. Os técnicos ponderaram que solicitar a participação do CRAS era uma atitude correta na medida que cabe à categoria fornecer elementos e criar condições para que o CRAS exerça suas atribuições.

Desta forma, quando o INOCOOP-SP anunciou no jornal a abertura de vagas para Assistentes Sociais e Sociólogos, foi contatado o CRAS, que entrou com ofício exigindo respeito pelo Código de Ética e impedindo que qualquer Assistente Social assumisse o cargo antes de estar devidamente esclarecido este impasse. Concomitantemente os técnicos sociais, iniciaram um piquete, onde esclareciam aos colegas, que iam preencher as fichas de inscrições, a situação do INOCOOP-SP.

Diante das constantes evasivas da superintendência em responder aos reais motivos das demissões e como a mesma permanecia ignorando totalmente o processo de negociação, o que culminou com o anúncio de vagas para técnicos sociais, os representantes da equipe social encaminharam uma interpelação judicial, onde colocavam todas as tentativas de negociação, a atitude irreversível e os pronunciamentos contraditórios emitidos pela superintendência.

Esta, mais uma vez ignorou a iniciativa das Associações e finalmente não compareceu num último encontro marcado pela Comissão de Justiça e Paz para esclarecer a situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que esta experiência não é exclusividade dos técnicos sociais do INOCOOP-SP, mas é passível de ser enfrentada por todos os profissionais que desenvolvem um trabalho social comprometido com os interesses da população, o que pode desembocar em um confronto com os interesses da instituição que o promove. Instituições como o INOCOOP-SP de cunho notadamente patronal, prevêm um trabalho social paternalista onde a população não tem voz ativa e é obrigada e dirigida para aceitar tudo e só reivindicar nos limites das mesmas.

O espírito paternalista, característica que norteia toda Instituição, evidencia-se quando o INOCOOP-SP colocando-se como um órgão que objetiva permitir à população a aquisição da casa própria, o faz como uma concessão, uma esmola das classes dirigentes àqueles cujo canal para a realização desse "sonho" é o financiamento do BNH. Esta demagogia persiste apesar do fato dos recursos do BNH se originarem dos fundos do FGTS e da poupança popular, além do que, estes mesmos recursos retornam ao BNH através das prestações mensais.

Nos fatos ocorridos e originados das demissões arbitrárias dos quarenta técnicos, buscamos destacar alguns pontos centrais que nortearam toda a luta e resistência travada nesses últimos dois meses.

O encaminhamento firme e coerente da luta e resistência levadas a efeito pelos demitidos e demissionários contou com um fator importante, que foi o fator UNIDADE. Foi a força de todo o processo. A unidade a nível interno na própria equipe. A unidade traduzindo a coincidência de interesses — técnicos e população — com o conseqüente apoio da população cooperativada. A unidade entre os técnicos sociais e seus legítimos representantes, ou sejam, as Associações Profissionais, que pela clareza política com a qual interpretaram a situação puderam exercer seu papel com mais combatividade. A unidade entre os técnicos e o advogado, que muito mais que encaminhar as questões jurídicas, pois estas eram poucas, constituiu-se nosso real orientador e companheiro no encaminhamento político a ser dado nesta situação. A unidade com outros setores democráticos da sociedade, notadamente a Frente Nacional do Trabalho, a Comissão de Justiça e Paz, a Imprensa, Sindicatos e outros Organismos de Classe, foi assentada na convergência de posições e materializada no repúdio público à atitude do INOCOOP, na denúncia do que representou tal atitude a nível mais amplo e num apoio e forte solidariedade com a equipe social.

Essa força e convergência de princípios que se traduziu na unidade, deu ao grupo vitalidade e fôlego para que se fosse travada uma luta que dura mais de dois meses sem cisões, sem vacilações em meio do caminho.

Outro elemento que vale a pena destacar no conjunto dos encaminhamentos foi a preocupação de situar no seu contexto mais amplo, o fato em si das demissões. Ou seja, em todo o processo se buscou colocar em questão e denunciar o ponto de partida que gerou o próprio fato, isto é, a problemática habitacional da classe trabalhadora e no caso concreto essa problemática materializada e traduzida na própria política efetivada pelo INOCOOP-SP.

Foi a busca e o crédito de uma prática séria e coerente do trabalho social durante quatro anos, (aplicando exclusivamente as normas e diretrizes do BNH, isto é, não desrespeitando os limites institucionais) e firmando-se ao lado dos interesses da população, que se constituiu sustentável dessa solidariedade, respeito e confiança consolidada entre nós, equipe de 44 técnicos sociais, nesse longo período de luta e negação do arbítrio. Esses fatos nos permitiram firmar uma carta de princípios, que transcrevemos, onde se explicita o nosso compromisso de luta.

COMPROMISSO DE LUTA

Nós, 44 técnicos sociais (assistentes sociais, sociólogos e estagiários) demitidos arbitrariamente pela direção do INOCOOP-SP em 31/out/79, vimos a público manifestar o nosso inconformismo, insatisfação e revolta ante tal decisão. Dentre os demitidos incluem-se duas companheiras que são dirigentes da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo - APASSP.

No INOCOOP-SP vínhamos desenvolvendo um trabalho de natureza sócio-comunitária, efetivamente voltado *para e a partir* das bases da população cooperativada. Daí serem negadas em nossa atuação, quaisquer atitudes paternalistas, autocráticas e personalistas. Durante todo o tempo (em tomo de 4 anos) proourou-se imprimir à nossa prática profissional, e dentro de seus limites, um caráter de contribuição ao processo mais amplo de transformação social. A tentativa de garantir a relação dinâmica teoria-prática se expressou na permanente preocupação da equipe em avaliar o trabalho, checar a sua prática, questionar seu referencial teórico, explicitar sua postura ideológica. A todo instante se reafirmava o compromisso com uma prática concretamente voltada para os interesses da população, que não se confundisse com a retórica institucional.

Com as demissões interrompeu-se de maneira inaceitável esse trabalho que se norteava pela constante busca de uma participação consciente, crítica e horizontal dos cooperativados no programa de sua Cooperativa, em permanente defesa de seus direitos.

Em nenhum momento nos convenceu o alegado motivo de ausência de verbas, mesmo porque mostramos em dados numéricos à população, à imprensa e a todos os presentes a uma das reuniões de negociação com a Superintendência, que se dispunha de recursos para manter integralmente a equipe por mais 7 meses pelo menos, de forma que o trabalho não sofresse interrupção. Além disso, na oportunidade em que se davam as negociações para a readmissão da equipe, tomamos conhecimento de que o Contrato de Re-Ratificação do Convênio, garantindo a disponibilidade dos referidos recursos, já fora firmado entre BNH e INOCOOP-SP.

Por outro lado, chegamos a propor ao Superintendente do INOCOOP-SP, que daríamos seguimento normal ao nosso trabalho por 2 ou 3 meses, mesmo sem receber os salários devidos, até que fosse restabelecida a verba, se fosse o caso.

Estão muito claros os motivos que nos levaram a desencadear esse movimento, essa luta, assim que recebemos os avisos-prévios: somos contra a arbitrariedade e a opressão. O movimento não se prende somente à questão trabalhista, o direito ao trabalho, a necessidade do emprego, a sobrevivência. O movimento tem a ver com as lutas sociais mais amplas e com o repúdio a decisões verticais, cerceadoras da liberdade. É inútil querer reduzir as demissões a um simples ato administrativo. Com as demissões explicitou-se um impasse político. Questão de assumir ou não assumir.

Mais que um confronto entre empregador-empregado, trata-se de uma luta entre posições antagônicas na sociedade, entre o poder e as camadas sociais despossuídas e exploradas, entre patrão e trabalhador, entre capital e trabalho.

Estivemos juntos, unidos, solidários em todos os momentos dessa luta. Nalguns momentos quase chegamos à exaustão, falamos quase todos ao mesmo tempo, choramos ao peso das dificuldades de toda a sorte e principalmente financeiras por causa dos salários retidos.

Perdemos o emprego, mas ganhamos uma experiência de luta e de combate. O móvel da luta foi a atitude arbitrária dos representantes do micro-poder institucional. A nossa força foi a nossa unidade. Os nossos instrumentos foram o trabalho, a mobilização, a organização.

Levantamos faixas perante o prédio todo em mármore, opulento, forte, sólido, "poderoso" do BNH. . . Comendo pão com mortadela e bebendo água mineral, em baixo de chuva, recebendo a imprensa, resistindo, acreditando. . . Duas horas de espera, três horas de fala com o Delegado Regional. . . A chuva e o vento insistiam em dobrar as faixas ocultando seus dizeres. . . Repetidas vezes abríamos as faixas em permanente atitude de protesto pelas demissões. Técnicos e população juntos!!!

Não estivemos só, mas reforçados e apoiados de forma direta pelas nossas associações profissionais - APASSP, APASV e ASEP - e pelos sin-

dicatos e outras entidades representativas da categoria bem como dos mais diversos setores de trabalhadores de todo o país. A imprensa noticiou os principais momentos. Alguns parlamentares também deram o seu apoio. O nosso advogado, sem dúvida alguma, extrapolou de longe as meras funções de um assessor jurídico, revelando um claro compromisso com a luta social em favor das camadas sociais oprimidas. Contudo, o principal respaldo à luta foi a nossa legitimidade e reconhecimento perante a população com a qual se dava o nosso trabalho. Esta população, de várias maneiras (portando faixas defronte o INOCOOP e BNH, preparando abaixo-assinados, fazendo denúncias à imprensa, pressionando a Direção através de cartas, telegramas, telex, integrando a comissão de negociações, etc.) esteve conosco nessa luta que também é sua, que é a mesma luta dos moradores dos conjuntos residenciais no combate a:

- exploração das empreiteiras;
- farsa da Política Nacional da Habitação em suas teses redistributivistas;
- má qualidade das obras;
- não cumprimento dos memoriais descritivos das obras, implicando em maior margem de lucro das construtoras;
- utilização do FGTS do trabalhador em benefício de camadas minoritárias da sociedade brasileira;
- discrepância entre o custo da habitação e do custo de vida em geral e os salários reais;
- mistificação em torno do SFH—Sistema Financeiro da Habitação, cujos mecanismos favorecem a acumulação e concentração de capitais financeiros, segundo os ditames de um modelo econômico elitista.

Vale destacar que o INOCOOP-SP conservou apenas oito técnicos sociais em seu quadro de pessoal, alegando que não se tratava de extinção do Trabalho Social, mas de impossibilidade de arcar com o ônus da manutenção da equipe toda, enquanto um novo Convênio não fosse firmado com o BNH. (Ocorre que na fala que mantivemos com o delegado regional do BNH o mesmo afirmou que o referido Convênio seria efetivado “sem a menor sombra de dúvida” e com brevidade.)

Mas os 8 companheiros não se deixaram envolver com as várias tentativas de cooptação por parte da direção do INOCOOP, mantendo sua solidariedade aos colegas demitidos, que já fora manifestada no momento da recepção dos avisos-prévios. Os 8 companheiros se recusaram corajosa e dignamente a permanecerem na instituição. Tal atitude se deu em consonância com o Código de Ética Profissional que estabelece como dever do Assistente Social recusar cargo ou função deixado por colega em situação devida a problemas de ética não devidamente esclarecidos.

A direção do INOCOOP-SP desejou minar, esvaziar, destruir todo o nosso trabalho e esforço com um mero ato administrativo: a demissão. Porém, teve como resposta a nossa resistência.

É em movimentos como esses que se exercita a contra-hegemonia, o contra-poder. É na prática política, aparentemente inexpressiva, que se forjam as condições para mudanças mais significativas e mais profundas em determinadas conjunturas históricas.

A nossa proposta agora é de dar continuidade à luta, em termos da divulgação de nosso movimento e das denúncias em que o mesmo implica, uma vez que o Superintendente já deu a resposta: *Não!* Ele disse ‘não à nossa expectativa de *readmissão integral* da equipe, após quase cinquenta dias de negociações. A Superintendência queria readmitir a equipe, excluindo quatro ou cinco dos companheiros. Ante tal intransigência os oito membros rescindiram seus contratos.

Ao apresentarem sua carta de rescisão dos contratos de trabalho, em virtude de os colegas não terem sido readmitidos, os oito técnicos aliados, correram o risco de perderem alguns de seus direitos, tal como o saque do FGTS. Nesse caso, na mesma carta de rescisão, alertaram a Superintendência quanto a disposição de recorrerem à Justiça Trabalhista, se necessário.

Foram quase cinquenta dias de intensa luta. . .

Cinquenta dias de resistência. . .

Vamos continuar batalhando. . . mantendo nosso compromisso de *luta na unidade e de unidade na luta*. . .

Vamos garantir o *Fundo de Apoio ao Movimento*. . .

A luta continua. . .

São Paulo, Sede da APASSP, dezembro de 1979, Natal, Fim de uma Década de Sufoco, Anseios sinceros de uma sociedade mais justa. . . igualitária. . . democrática.

Assinam este documento:

Assistentes Sociais

Ademir Alves da Silva, Ana Maria Arruda Camargo, Carmem Lucia da Fonseca Santana, Chana Viner, Clélia Maria da Silva Perazza, Edméia Eduardo Jaffet, Edina P. Castilho, Ednir Passos de Souza, Ivete Maida Cardoso, Jurema Carneiro Garcia, Lise Roy, Maria Aparecida A. Pereira, Maria Alice Nelly Machado, Maria Beatriz Costa Abramides, Maria Cristina Doria Costa, Maria Célia Comparatto, Maria das Graças Gouvêa, Maria José de Moraes Galetta, Regina Célia Lucon, Sara Maria Sampaio, Sueli Corvacho, Sueli Trombetta Reis, Suzete Galeano, Tânia Aparecida Silva, Tânia Maria Santos Vieira, Valdir Nascimento Castilho, Vera Maria Mattos;

Sociólogos

Rolnam Hernandes, Pedro Rocha Lemos, Solange Sant'Ana de Carvalho Mazzeo, Sonia Maria Oliveira de Araujo, Trofimena Mafalda F. Nodrese Fingermann;

Estagiários de Serviço Social

Denize S. Tofik, Eunice Falleiros Nunes, Maria Izabel Dirgalla, Maria Ligia R.A. Godoy, Maria Lucia Strini Piedade, Maria Valéria A. Alvarenga, Marisa Pinto, Susie A. Pinheiro, Tânia T. de Abreu;

Estagiários de Ciências Sociais

Maria de Fátima Trivellato, Maria Eloisa Zazera e Myrian A. Capasso-

li.



SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO
PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO
Problemas e Perspectivas

- A elaboração teórica do Serviço Social na América Latina na última década
- Elementos para um reequacionamento da formação profissional em serviço social
- Determinações da prática profissional do assistente social

Nas livrarias ou pedidos para: **CORTEZ EDITORA**
Atendemos pelo Reembolso Postal

RUA BARTIRA, 387 - PERDIZES
05009 - SÃO PAULO - SP
TEL.: (011) 884-0111
ABERTA ATÉ ÀS 22:00 HORAS

ENCONTRO PRÉVIO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O PORQUE DO ENCONTRO:

Estava previsto a realização do X Seminário Latino-Americano de Serviço Social a ter lugar em São Paulo em julho de 1980. Referido certame faz parte das atividades que a ALAESS vem promovendo nos últimos anos.

Entretanto, as entidades promotoras desse Seminário - ALAESS, CELATS e ABESS, após discutir, houveram por bem postergar a época de sua realização para outra oportunidade. Para esta decisão teve grande peso a necessidade de se avaliar rigorosamente, a relação entre os resultados desses Seminários de massa e o crescimento científico da profissão no continente. É importante assinalar que o referido processo de avaliação já se desenvolvia a nível da Junta Diretiva e de outras instâncias diretivas do CELATS e da ALAESS. O CELATS, de outra parte, como organismo acadêmico da ALAESS, projetou e contratou um estudo avaliativo desses eventos.

O Encontro ora proposto, pretende ser uma oportunidade de reflexão e debate, a nível continental, em torno desses Seminários. Buscará mensurar sua repercussão na formação e organização profissional na América Latina e no contexto específico de cada país.

O Encontro ganha especial importância à medida em que possibilita a apresentação de propostas de diretrizes programáticas para a nova gestão da ALAESS a ser eleita na Assembléia ordinária da entidade que terá lugar em data imediatamente posterior. A Assembléia da ALAESS terá, assim, elementos para decidir sobre eventuais mudanças de seu estatuto social e de sua estrutura organizacional, a serem discutidos no Encontro.

Assim os próximos Seminários Latino-Americanos de Serviço Social serão enriquecidos pelos subsídios do Encontro.

OBJETIVOS:

- Avaliar os resultados práticos dos últimos Seminários Latino-Americanos, oficialmente promovidos pela ALAESS e sua repercussão na formação profissional.
- Rever a formação profissional em confronto com a realidade da América Latina.
- Discutir diretrizes programáticas para a ação da ALAESS em sua nova gestão.
- Propor a revisão da estrutura organizacional da ALAESS.

Organização: Data: 14, 15 e 16 de julho de 1980
Início: 8 horas
Local: PUC - São Paulo
Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes - CEP 05014 - São Paulo - Brasil.

Participantes: 4 representantes por unidade de ensino (2 docentes e 2 discentes) devidamente eleitos por seus pares e credenciados.
2 representantes por associação profissional, devidamente eleitos por seus pares e credenciados.

Trabalho

Inocoop: qual o motivo das demissões?

A finalidade básica do Inocoop, entidade ligada à Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, é exatamente o que define sua sigla: Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais. E foi justamente do Setor de Desenvolvimento Comunitário, que exerce todo o serviço de assessoria e orientação junto aos cooperativados, que o Inocoop de São Paulo demitiu no último dia 31 de outubro 42 funcionários — sociólogos, assistentes sociais, estagiários e auxiliares administrativos. Restaram apenas oito funcionários no setor, que agora ameaçam demitir-se por solidariedade.

A única justificativa apresentada pela diretoria do Inocoop foi a falta de verbas. Os demitidos, entretanto, acreditam que essa alegação não tem fundamento, uma vez que o Banco Nacional da Habitação responsabiliza-se por 70 por cento de sua folha de pagamento. Os 30 por cento restantes não recaem totalmente sobre o Instituto, pois de 3,8 a 5,8 por cento são pagos pelos próprios cooperativados em suas prestações.

— Na verdade, acreditamos que essa demissão foi meramente política, pois o nosso trabalho, ligado diretamente à população, na orientação de seus problemas e defesa de seus objetivos, não interessa à superintendência — afirma a socióloga Trofímena Fingerman, coordenadora do Setor de Desenvolvimento Social da Capital, uma das atingidas pela demissão.

Ela resume o pensamento de todas as suas companheiras, dispensadas de onze cooperativas da Baixada Santista, Vale do Paraíba e Campinas, além de seis na Capital. Acompanhadas pelo advogado Mário Carvalho de Jesus, da Frente Nacional do Trabalho, de Luísa Erondina de Souza, presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo, e Sílvio Caccia Bava, representando a Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, além de representantes de várias cooperativas, ontem pela manhã conseguiram realizar uma protelada reunião com a diretoria-superintendente do Inocoop.

A reunião começou com a leitura de vários abaixo-assinados de cooperativas instaladas no Estado, todos protestando contra a dispensa das funcionárias, que consideram indispensáveis às unidades habitacionais:

— O objetivo fundamental do BNH, quando faz um financiamento, não é dar só moradia, mas assistência sócio-comunitária a todos os bairros que constrói. Portanto, o Inocoop está sendo incoerente com o próprio objetivo do BNH. A alegação de falta de verbas é apenas uma fachada, o que eles temem é que os cooperados, mais conscientes, manifestem suas reivindicações — afirma Inês de Araújo, representando cerca de 1.700 de quatro cooperativas de Campinas.

Logo depois, o superintendente do Inocoop, Hércules Augusto Masson, declarou que a causa da dispensa não foi exatamente a falta de verbas, e sim o término, no fim desse mês, do segundo contrato estabelecido com o BNH:

— Ao término do primeiro contrato, enfrentamos um sério problema até que o BNH fizesse o segundo e, durante cinco meses, pagamos o pessoal com nossos próprios recursos.

Esse argumento também não satisfaz às demitidas, pois, segundo documento enviado à superintendência no último dia 14, bastaria uma nova ratificação do segundo contrato para que pudesse ser aproveitado um saldo de mais de sete milhões e meio de cruzeiros, quantia suficiente para manter a folha de pagamentos por oito meses, até que o terceiro contrato fosse firmado.

De concreto, ao final da reunião, ficou decidido apenas que um novo encontro será marcado para os próximos dias, quando será discutida a proposta do advogado Carvalho, em que as dispensadas propõem-se a trabalhar sem receber até que o terceiro contrato com o BNH seja firmado. A única condição que lhes permitirá isso, entretanto, é a imediata suspensão do prazo de aviso prévio concedido pelo Instituto, prazo que vence nesta sexta-feira.

43 demissões geram protesto de sindicato

BELO HORIZONTE (Sursal) — "As deficiências do Sistema Habitacional do BNH são conhecidas por toda a população brasileira, principalmente pelos mutuários. Não é o trabalho de um profissional que causa o descontentamento do trabalhador e suas mobilizações. Se isto existe, é devido às péssimas condições de vida, de trabalho e de moradia a que estão sujeitos." Dessa forma o Sindicato dos Assistentes Sociais de Belo Horizonte manifestou seu repúdio à demissão de 49 assistentes sociais do Inocop-SP—Instituto de Orientação ao Cooperativismo de São Paulo, órgão subordinado ao BNH.

Os assistentes sociais foram demitidos porque nas comunidades em que trabalhavam verificou-se uma revolta dos mutuários do BNH contra o sistema habitacional.

Felipe de São Paulo 25/11/79

BRASIL

INOCOOP/SP

A demissão política de 44 técnicos

Com faixas e cartazes, os 44 técnicos demitidos pela superintendência do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo — Inocoop — realizaram, no dia 2, um piquete em frente à sede do órgão. O piquete, que contou com a participação de grande número de assistentes sociais e sociólogos, foi realizado com o objetivo de convencer os técnicos que comparecessem ao Inocoop como candidatos aos cargos vagos e desistirem da inscrição.

A luta dos técnicos do Inocoop de São Paulo começou, na verdade, no início de novembro, quando 44 deles foram informados que teriam seus contratos rescindidos por falta de verbas. Após várias reuniões com a direção do Instituto, o grupo demitido verificou que havia verba disponível para o pagamento dos técnicos por mais seis ou sete meses. Além disso, a comissão de negociação, integrada por representantes das entidades profissionais e pelo advogado Mario Carvalho de Jesus, tomou conhecimento de que o BNH liberaria, rapidamente, a verba do contrato que mantém com o Inocoop.

O motivo da demissão dos 44 técnicos, segundo um documento divulgado pelos atingidos está diretamente ligado ao trabalho que a equipe desenvolvia junto a cerca de 5 mil famílias que residem em conjuntos habitacionais, preparando o seu desenvolvimento comunitário. "Esse trabalho" — afirma a presidente da Associação dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo, Luiza Erundina de Souza — "acabou desagradando a cúpula do Inocoop porque os moradores dos conjuntos habitacionais passaram a reivindicar os seus direitos, a sua participação na administração dos conjuntos".

Em todo o movimento para a readmissão dos demitidos — as negociações duraram cerca de 50 dias, até o Instituto decidir pela não readmissão —, a equipe técnica foi apoiada pelos moradores dos conjuntos habitacionais. Em uma das reuniões com o superintendente, estiveram presentes representantes de vários conjuntos que defenderam a importância do trabalho dos assistentes sociais e sociólogos, afirmando que "sem o grupo técnico, o Inocoop virá uma imobiliária".

Apesar de toda a pressão feita pelos cooperativados, o superintendente do Inocoop, depois de prometer que todos seriam readmitidos — com exceção de cinco ou seis profissionais, por motivos que não quis explicar —, voltou atrás. Por seu lado, os demitidos também não aceitaram a exclusão de alguns nomes. Diante dessa atitude da direção do Instituto, os oito assistentes sociais que não haviam sido dispensados, decidiram se demitir do Inocoop.

Agora, a luta dos demitidos é no sentido de que nenhum profissional assuma os cargos vagos, numa tentativa de fazer com que a direção do Inocoop volte atrás. Apesar de saberem que dificilmente o Inocoop concordará com a recontração, os assistentes sociais e sociólogos afirmaram que essa campanha pública que estão fazendo contra a orientação do Inocoop é muito importante porque o Instituto, pelo seu estatuto, é uma cooperativa e não uma empresa.

LIVRAI-NOS SENHOR, DAS ASSISTENTES SOCIAIS E DOS MALES DA ÉTICA PROFISSIONAL AMÉM...



MOVIMENTO - 7-a 13/01/80

GENEVE

E R R A T A

Na página 162, onde se lê:

MOYSÉS, Arlete Rodrigues. A moradia nas cidades brasileiras:
Procura do lugar, o encontro da identidade. Universidade de
São Paulo. Tese de Mestrado.

Leia-se:

RODRIGUES, Arlete Moysés. Na procura do lugar o encontro da
identidade: Um estudo do processo de ocupação de terra;
Osasco. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da USP, 1988. Tese de Doutorado.